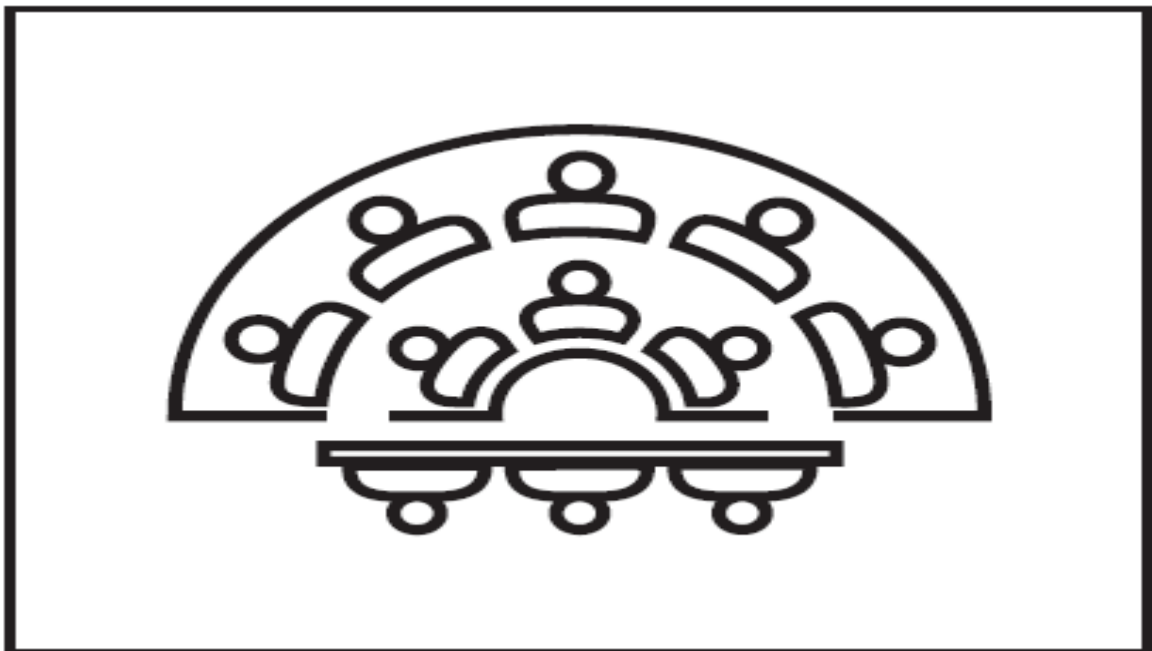




# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO**



**ACTA N.º 9**

**1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE  
25 DE FEVEREIRO DE 2011**



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, pelas 09h.45m, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **1.ª Sessão Ordinária de 2011** da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, conforme “**Ordem de Trabalhos**” previamente estabelecida. -----

### I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

### II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. **Apreciação da Actividade Municipal – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara;**
2. **Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2011;**
3. **Acordo de Cooperação entre o Município de Torre de Moncorvo e a Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo;**
4. **Proposta de Alteração do Regulamento do Mercado Municipal;**
5. **Proposta de Regulamento de Utilização e Cedência dos Auditórios e Espaços Municipais;**
6. **Proposta de Regulamento Municipal de Utilização dos Autocarros para Apoio às Actividades Turísticas, Culturais e Desportivas;**
7. **Proposta do Novo Regulamento do Loteamento da Zona Industrial do Concelho de Torre de Moncorvo.**

### III – Período de “Intervenção do Público”.

-----A presente Sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Alberto Almada Guerra** e Secretariado pelos Membros **António Alves Salema** e **Beatriz da Luz Souza Fernandes**, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

-----O **Presidente da Mesa** deu início aos trabalhos cumprimentando todos os presentes, dando de seguida a palavra ao Primeiro Secretário António Alves Salema, a fim de que este procedesse à chamada. -----

-----Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

Força Política	Membros		
<b>Partido Socialista</b>	JOSÉ FRANCISCO MARTINS FEVEREIRO		
	MARIA VITÓRIA ANDRADE LÁZARO		
	ANTÓNIO MANUEL FARIA SOTA		
	ISMAEL JOAQUIM FERREIRA		
	ALTINA DA GLÓRIA LOPES PINTO		
	LUÍS RICARDO REBOUTA MACEDO DA SILVA FERREIRA		
	ANTÓNIO DA CRUZ BARBOSA FILIPE		
		JOSÉ CARLOS CORDEIRO	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
		ALTINO CARLOS MIRANDA SÁ	Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa
		JOSÉ MANUEL MOREIRAS	Presidente da Junta de Freguesia de Cardanha
		JOSÉ MANUEL DOS SANTOS TEIXEIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
		ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES	Presidente da Junta de Freguesia de Felgar
		MARIA DO ROSÁRIO PATRÍCIO	Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras
		LUÍS ANTÓNIO CARVALHO	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça
		PAULO EVANGELISTA BENTO	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
	BÁSILIO MÁRIO LÁZARO	Presidente da Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos	
	ANTÓNIO MANUEL MIGUEL MENDES	Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Velha	
	MARIA DE LURDES MANO PONTES	Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo	
	AFONSO HENRIQUE ALAGOA	Presidente da Junta de Freguesia de Urros	



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Força Política	Membros	
Coligação Eleitoral PPD/PSD-CDS/PP	JOÃO CARLOS EVANGELISTA	
	ORLANDO MIGUEL JORGE MESQUITA	
	LILIANA ANDREIA DE SOUSA BERNARDINO	
	NUNO MANUEL MARTINS COSTA	
	ADALBERTO MANUEL CORDEIRO COVAS MIGUEL	
	VIVIANA SERRA CARDOSO LEONARDO TEIXEIRA	
	ANTÓNIO MANUEL CAPELA	
	ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE	
	LILIANA DE FÁTIMA FIDALGO FERNANDES	
	CARLOS ALBERTO D'ABREU FERREIRA MACHADO	
	GUILHERMINO ESTEVES SOARES	Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha
	MANUEL JOSÉ DINIS	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
FRANCISCO MANUEL TAVARES VARELA	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa	

-----**Substituições ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castedo, Armando da Cruz Ferreira (PS), fez-se representar pela Secretária da citada Junta de Freguesia – **Luísa Maria Pinto Ferreira**.-----
- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçores, Luís Amadeu Gaspar (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), fez-se representar pela Tesoureira da citada Junta de Freguesia – **Susana Maria Ferreira Dias**.-----

-----**Faltou** à presente Sessão o Deputado **Fausto Edmundo Tiago** (PS), tendo solicitado por escrito a justificação da falta.-----

-----A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a respectiva falta.-----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes: O Senhor Vice-Presidente da Autarquia, Eng.º José Aires, substituindo o Senhor Presidente da Câmara; os Senhores Vereadores em regime de permanência, Eng.ª Alexandra Sá e António Moreira; e o Senhor Vereador em regime de não permanência, Dr. Nuno Gonçalves.-----

-----De seguida teve início o ponto um da Ordem de Trabalhos:-----

----- **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----O **Presidente da Mesa** submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a **Acta N.º 8 da 5.ª Sessão Ordinária realizada no dia 20 de Dezembro de 2010**, cujo texto fora previamente distribuído, e questionou os Deputados Municipais presentes se tinham algum reparo a fazer ao teor da mesma.-----

-----Não havendo da parte dos senhores Deputados qualquer reparo ao conteúdo da acta foi posta à votação que, num universo de 37 votantes, obteve os seguintes resultados:-----

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	20	10	30
Abstenções	3	4	7
Votos Contra	0	0	0



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Assim, a acta em causa, foi aprovada **por maioria**, com a abstenção dos Deputados Luísa Maria Pinto Ferreira, Maria do Rosário Patrício e António Manuel Miguel Mendes (PS); e João Carlos Evangelista e Susana Maria Ferreira Dias (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), motivadas por ausência à respectiva Sessão. -----

-----Abstiveram-se, ainda, os Deputados Guilhermino Esteves Soares e Francisco Manuel Tavares Varela (Coligação PPD/PSD-CDS/PP). -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa** deu nota da diversa correspondência recebida, com o registo número setenta e um a oitenta, cujo mapa foi distribuído a todos os presentes, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal. -----

-----Continuando, informou ter chegado à Mesa dois documentos que foram presentes pela Comissão de Acompanhamento para o Sector da Saúde no Concelho, que emerge como sabem desta Assembleia. Por conseguinte, sobre estes documentos começava por dar a palavra ao senhor Deputado Salema para fazer uma explicação e dar uma nota do que aqui se verte nestes documentos. -----

-----**António Salema:** A Comissão entendeu que se devia pronunciar nesta Assembleia Municipal sobre a situação da Saúde no Concelho de Torre de Moncorvo, e elaborou dois documentos que abordamos separadamente atendendo aos factores e às posições da ARS, porque fechar a «*consulta aberta*» é uma coisa, e o S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) que está instalado em Foz Côa é outro assunto que é primordial a Assembleia Municipal tomar uma posição, sendo que aos documentos poderemos chamar-lhes, digamos, moção, documento, a Assembleia depois pronunciar-se-á. -----

-----O primeiro documenta a «*Reavaliação da decisão da Administração Central quanto à localização do S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) em Foz Côa*». Como sabem o S.U.B. está instalado em Foz Côa contra a vontade de muita gente, sabemos que há um período de três anos para ser reavaliado todo o seu trabalho, e os erros que os há, temos a possibilidade de nos pronunciarmos sobre isso mais uma vez na Assembleia, e porque se trata de falarmos de Saúde devemos começar logo pelo que é o mais essencial e que deveria estar neste momento em Torre de Moncorvo se o Poder Central não instalasse, levanamente, e com o desconhecimento da realidade local o S.U.B. em Vila Nova de Foz Côa. -----

-----Depois o segundo documenta a «*Alteração do Horário de Funcionamento do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo*». Para este documento nós valemo-nos de um documento bastante extenso que a ARS Norte fez circular por várias Instituições para justificar o encerramento da “*consulta aberta*” das 22:00h às 08:00h e, portanto, baseados nesse documento entendemos que devíamos tomar uma posição e rebater mais ou menos ponto por ponto, pelo que fizemos a apreciação que aqui apresentamos para que esta Assembleia se pronuncie, se assim o entender. -----

-----Seguidamente passou à leitura dos citados documentos: -----

### **Reavaliação da decisão da Administração Central quanto à localização do S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) em Vila Nova de Foz Côa**

*A Comissão para Acompanhamento da Saúde em Torre de Moncorvo, eleita nesta Assembleia Municipal, apresenta a seguinte Moção com a finalidade de inverter algumas situações que existem neste Concelho desde que o S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) foi instalado em Vila Nova de Foz Côa, e, ainda, mostrar a sua discordância relativamente à decisão da Administração Central na localização do mesmo. -----*



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1. Em primeiro lugar, julgamos ser necessário que a Administração Central reavalie o processo de localização do S.U.B. em Vila Nova de Foz Côa. Consideramos que a decisão de instalação deste serviço em Vila Nova de Foz Côa tenha sido uma má opção, quer do ponto de vista geográfico quer ao nível de diminuição da qualidade de prestação dos serviços de saúde aos utentes e, conseqüentemente, redução significativa do bem-estar de doentes e famílias do Concelho e Região: -----
  - a) **Geograficamente**, porque qualquer doente ou sinistrado em Torre de Moncorvo ou em zonas adjacentes terá de deslocar-se desnecessariamente para Vila Nova de Foz Côa, atendendo que os Hospitais Distritais de recepção dos nossos doentes são em Mirandela, Bragança e Vila Real. Nestas situações, somos indiscutivelmente obrigados a considerar o factor distância como argumento primordial, sendo que: -----

Torre de Moncorvo dista de Vila Nova de Foz Côa .....	17 Kms;
Vila Nova de Foz Côa – Mirandela .....	70 Kms;
Vila Nova de Foz Côa – Bragança .....	117 Kms aproximadamente;
Vila Nova de Foz Côa – Vila Real .....	117 Kms aproximadamente.
  - b) Também na **relação custo/benefício** é, indiscutivelmente, contraproducente para as Instituições que despendem mais em combustível com as viaturas que transportam os doentes e, com a agravante de que **mais quilómetros efectuados, origina uma redução significativa na qualidade do serviço prestado** em situações deste género. **Com o S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) em Vila Nova de Foz Côa, os doentes andam de um lado para o outro, perdendo tempo, causando-lhes grandes transtornos e, conseqüentemente, gerando mais custos económicos para todas as partes envolvidas.** -----
2. Outro factor, não menos importante a ter em conta, são as vozes de descontentamento manifestadas pela nossa população residente ou residente temporariamente, pelo facto de ter acontecido em muitas situações de emergência, doentes ou sinistrados, com necessidade de realização de exames e tratamentos mais específicos, terem sido canalizados, não para os Hospitais Distritais de Mirandela, Bragança e/ou Vila Real como se procedia até 2009, mas para outra área geográfica bem distinta, como os Hospitais dos Distritos da Guarda e Coimbra. Note-se, que em situações de sinistrados ligeiros ocorridos no Concelho, os doentes passavam à porta do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo, havendo um médico ao serviço, podendo, os mesmos, obter os primeiros socorros no Centro de Saúde de Torre de Moncorvo. -----
3. É importante referir que esta decisão de canalização dos doentes para outra área geográfica **acarretou, ainda, mais transtornos quer psicológicos quer económicos às famílias, nos casos de situações de óbito de pessoas e/ou acidentes graves.** Por um lado, os custos acrescidos para os mesmos no transporte de regresso dos seus familiares para as localidades e, por outro lado, a pouca familiaridade da população do Concelho de Torre de Moncorvo com os Hospitais destas áreas geográficas, o que contribuiu para alguma desorientação e angústia quanto aos melhores procedimentos nestas situações. ----
4. Ressalve-se, ainda, e quanto ao atendimento de doentes realizado entre as 20h00 e as 08h00, no Centro de Saúde de Torre de Moncorvo ser em **média de 1,1**, enquanto Vila Nova de Foz Côa regista uma **média de 1,4 na urgência**. Sublinhamos que o valor verificado em Vila Nova de Foz Côa é resultante das ocorrências nos Concelhos de Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta e Vila Nova de Foz Côa. -----
5. Pelo exposto, somos de opinião que se estude com realismo a decisão de reapreciação de todo o processo que conduziu à instalação do S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) em Vila Nova de Foz Côa, no sentido de a mesma ser instalada em Torre de Moncorvo, contribuindo para a redução de custos e aumento da qualidade do serviço de saúde







## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Nesta altura, a Deputada **Maria de Lurdes Mano Pontes** (Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo – PS) ausentou-se da Sessão. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa** abriu as inscrições para a discussão dos dois documentos, tendo-se inscrito e usado da palavra os senhores Deputados: -----

-----**Orlando Mesquita:** Entramos aqui num tema muito sensível, infelizmente somos mais uma vez vítimas deste Governo com as suas políticas miserabilistas, mas em primeiro lugar, numa forma introdutória, gostava de dizer uma coisa. Este documento apresentado por esta Comissão demonstra trabalho, a isso tiro-lhe o meu chapéu, passe a expressão, mas gostava que o documento fosse transformado numa moção e eu passo a explicar porquê. Ainda na última Sessão da Assembleia Municipal aqui quiseram fazer passar uma moção de apoio, de glória, ao nosso Governo, por causa de ter inaugurado um troço de meia dúzia de quilómetros, que eu qualifiquei como um troço que dá muito jeito mas que fica em cascos de rolha, isso até foi motivo de chacota. Acontece que é verdade, fica a dezenas de quilómetros daqui, ainda não serve a nossa zona, nem a nossa região, nem concretamente Torre de Moncorvo e, agora, gostava que o Partido Socialista também apresentasse aqui uma moção de desagrado e de repúdio a este Governo por estas medidas governamentais, exactamente quando é uma coisa que nos toca directamente, não é com um documento feito por uma Comissão eleita pela Assembleia Municipal, que muito bem e continuo a dizer e apoio, mas, neste caso, também nós temos que dar a cara, também nós munícipes temos de uma vez por todas mostrar o nosso repúdio, é sim com um documento feito uma moção, feita por todos os Deputados da Assembleia Municipal em representação do nosso Concelho. -----

-----Mas, continuando, e falando no primeiro documento, isto revolta-me, estou até um pouco nervoso a falar sobre isto, sobre a Saúde, eu vou relembrar aqui o Executivo, que ainda não há muitas Sessões atrás e isto nas palavras do Vereador Eng.º José Aires, dizia, *que não era um problema de maior a Saúde transferir-se para Vila Nova de Foz Côa, afinal, estava a dezassete quilómetros*; E, se bem se lembram, eu repliquei e disse: *Não, não é assim, porque temos que pensar nas pessoas mais desfavorecidas, nas pessoas que estão nas aldeias, nas pessoas idosas que nem sequer um carro têm e muitas vezes nem acesso a um táxi, a horas decentes, para se deslocarem a Foz Côa*. E, alguém me respondeu do outro lado, para variar, e disse: *o Deputado Orlando Mesquita parece que também agora quer ter o Centro de Saúde à beira da sua casa*; E, eu respondi: *isso queria eu, infelizmente não o tenho e tanto não o tenho que temos que nos deslocar dezassete quilómetros para irmos lá*. Espero que se lembrem disso, o que foi *ipsis verbis* dito aqui pelo Vereador José Aires. Eu prefiro tê-lo a zero quilómetros do que o ter a dezassete quilómetros ou do que o ter até a um quilómetro, mas, pelos vistos, toda a gente se calou e parece que foi unânime a opinião que realmente valia a pena uma pessoa deslocar-se dezassete quilómetros e deixarmos o nosso ao abandono. -----

-----Sobre o segundo documento e sobre o SAP, não se ria senhor Vereador porque isto é muito sério, por causa de tantas vezes nos rirmos e passarmos anos e anos a fio muitas vezes com essas risadas, é que cada vez mais nós perdemos os serviços que temos, ao perdermos serviços perdemos pessoas, e ao perdermos pessoas perdemos a desertificação deste Concelho e desta Vila e, portanto, em vez de ser um documento apresentado por esta Comissão de Saúde, porque razão não apresentamos uma moção de verdadeiro repúdio apresentado pela Assembleia Municipal? Espero bem que estejam todos de acordo, porque já vimos que o Povo não concorda, que o Povo depois de muitos anos finalmente acordou e veio para a rua em protesto e que isto cada vez há-de ser pior, e isto é o primeiro sinal, já perdemos muitos serviços, vamos continuar a perder mais, e eu pergunto quais foram as opções tomadas





## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por este Executivo camarário a partir do momento em que soube que isto acontecia, porque isto já é sabido pelo menos desde o início deste mês, o que é que foi feito para evitar este problema e, afinal, só agora é que nos debatemos com ele. -----

-----Mais, é como digo, isto trata-se de uma política miserabilista onde os cidadãos são tratados como números, algum iluminado calmamente instalado no gabinete lembrou-se de fazer uns cortes, isto agora a desculpa para não termos nada principalmente na nossa Região, é que os cortes orçamentais não permitem, mas o que é certo é que nós não vemos cortes para o Litoral, não vemos cortes para a Capital nem para outras zonas do nosso País, e onde verdadeiramente sentimos esses cortes é sempre, sempre, sempre no Interior, somos sempre ostracizados, isto tem que acabar. Apelo a toda aquela gente que possa um dia perder um bocadinho de tempo a ler as actas que se comece a revoltar, que comece a sair à rua e que comece de uma vez por todas, lembrem-se dos espíritos árabes, não quero que cheguemos a extremos, mas pelo menos que se lembrem que isto já é tempo da gente abrir os olhos ... Enfim, neste sentido, eu gostava aqui de deixar bem explícito uma posição de verdadeiro repúdio por esta opção governamental do Ministério da Saúde, e deixar aqui bem vincado que a Coligação PPD/PSD-CDS/PP irá sempre lutar para que esta opção seja de uma vez por todas terminada e voltemos a ter pelo menos o SUB e o SAP aqui como tínhamos. Obrigada. --

-----**Francisco Fevereiro:** Eu vou ser curto e tentar transmitir a minha ideia dentro do tempo que me é disponível. Primeiro, chamar a atenção aqui por ser falado um assunto que nem teria muito a ver, mas em termos de associação tem que é o caso, continuamos a falar das estradas, o Sr. Deputado Orlando Mesquita, quanto a mim, tem voz grossa mas tem vista curta e é leviano, muito leviano, e vou explicar porquê. Quando se faz uma obra tem que se fazer seguida, que eu saiba as obras em termos de alongamento vem do Litoral para o Interior, portanto, não podiam tecnicamente e economicamente fazer um troço mais rápido aqui do que lá porque é prejudicial, em termos de custos vem de lá para cá e é assim que se faz, e agora já vão inaugurar mais um troço e ela estará cá dentro de pouco tempo, isso é sagrado, e eu não sou técnico de obras mas vejo o andamento das obras, portanto, tem a vista curta. -----

-----E, por outro lado, há aqui um pormenor, quer dizer, nós estamos a falar de um serviço de urgência que num corte de um dedo eu faço um torniquete e estou sem problemas, ou estamos a falar de um problema de saúde que nos pode tirar a vida? Então aí temos que ter muito cuidado. Temos que ter muito cuidado porque o facto de ir para Foz Côa não é o importante, o facto é outro porque nos vão salvar a vida. Fala-se muito mesmo em termos de leviandade, aquilo que ele pergunta está aqui num papel, porque eu cheguei à uma da manhã a casa e ainda tive tempo de ler. A Câmara Municipal já tomou uma decisão, já deliberou e já está em andamento. Eu não percebo porque é que as pessoas levanamente não lêem os papéis, eu tive pouco tempo mas ainda deu para ler. Voltamos agora ao assunto em termos de ver mais além, para um golpe num dedo eu resolvo o problema com um torniquete, não tenho problemas nenhuns, nem preciso que o Estado gaste treze mil e tal euros, fiquei chocado quando vi estes números, para se manter um Centro de Saúde aberto à noite por causa de pequenos problemas. O que me preocupa a mim é aquilo que infelizmente tenho passado no acompanhamento familiar e vejo o que se passa quando vão para Mirandela, Mirandela não deverá estar longe de ser considerado justamente como um matadouro, Mirandela é um autêntico matadouro, e eu tenho casos que se me perguntarem o que é que se passou lá, eu digo porque considero que é um matadouro. Eu ainda não precisei de lá ser assistido, mas se tiver que ir ao Centro de Saúde com um problema grave e se me dizem que tenho que ir para Mirandela, o aspecto psicológico é muito importante, eu morro logo antes de chegar lá com



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

medo, e o doente tem que estar animado, tem que estar confiante, porque se não ele próprio é o primeiro a morrer, não há médico nenhum que o salve quando o doente se convencer que morre, acabou. Quando se fala para Foz Côa, brevemente teremos estradas de acesso a melhores Hospitais, agora fala-se aqui em Bragança, mas, meus senhores, temos que pensar numa coisa, se nós vamos ser encaminhados para Bragança e depois se é um problema que Bragança também não resolve, aí é que temos que andar para trás. Qualquer situação, quanto a mim, deve ter bons acessos que Mirandela não tem, nós estamos a ter acessos melhorados para o Porto e para Coimbra, e é nessas direcções que nós nos devemos manter. Agora, se me disserem que a Unidade de Serviços Básicos estaria melhor em Moncorvo do que em Foz Côa, absolutamente de acordo, agora algumas considerações que são precisas nesse campo, eu com toda a sinceridade, não concordo com elas. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Eu acho muito bem que esta Assembleia tome uma posição, aliás, já é tempo desta Assembleia começar a tomar posições contra as medidas que os socratinos de Lisboa têm tomado relativamente ao Nordeste Transmontano. Já é tempo. Agora, o que eu lamento é que os apaniguados aqui de Moncorvo até hoje não tenham visto isso e continuem numa posição carreirista a defender as medidas tomadas por esse Governo de incompetentes, porque eu não vi esses apaniguados do Governo na manifestação de utentes, e também não vi o Executivo Municipal a receber a Comissão de utentes, está aqui a prova de que, afinal em Moncorvo nem toda a gente, enfim, está aborrecido, está melindrado com essas medidas que nos são bastante gravosas. Portanto, sim senhor, a Assembleia que tome uma posição de repúdio veemente por esta situação e por outras do passado e do futuro que certamente aí se avizinham. Muito obrigado. -----

-----**António Júlio Andrade:** Eu dou os parabéns à Comissão de Saúde desta Assembleia, porque fez um documento com o qual concordo, em princípio. Claro, se o ler em profundidade poderia eventualmente acrescentar alguma coisa em geral, agora lamento é que tenha reunido apenas ontem, depois do Povo, quer dizer, nós somos os últimos, bonito era exactamente sermos nós, Assembleia, Câmara, estar à frente das coisas e não a reboque, isso é que era bonito, porque é assim que se ganha força. Agora, se não há gente e pessoas que vão à frente a defender o nosso Tribunal, o nosso Hospital, as nossas coisas, então perde-se tudo, é isso que eu lamento. De resto, o que se diz aí nesses documentos é a mesma coisa que o Sr. Adriano Reis falou na manifestação. Todos estamos de acordo. -----

-----Que as estradas vêm lá do Litoral para o Interior muito bem, mas nós temos a prova concreta que o IP2 começou a ser construído exactamente ao contrário, em Macedo de Cavaleiros, se calhar haveremos de ver construído o IP2 em todo o País, excepto no Concelho de Moncorvo. -----

-----**Luís Carvalho** (Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça): Eu raramente falo nesta Assembleia mas hoje entendi que devo dizer alguma coisa, porque de facto já ouvi aqui dizer coisas muito ridículas. Eu só ouço falar na necessidade, na necessidade, eu também sou utente e também tenho necessidade de ir algumas vezes à noite à urgência, mas sei fazer contas, e não estou aqui para defender o Governo nem para defender coisa nenhuma, estou aqui para defender aquilo que eu penso. Eu acho que a maior parte das pessoas que estão aqui têm uma ideia errada dos custos da urgência aberta durante a noite, têm que fazer contas a quanto ganha o médico nessa noite e, penso que ronda os quinhentos euros, quanto ganha a enfermeira porque faz noite, quanto custa a auxiliar porque também faz noite e, de facto, se calhar atende um doente por noite, que posso ser eu, já lá fui algumas vezes à noite. É muito fácil dizer, o Governo é uma cambada de bestas. Será, mas estamos todos tranquilos e



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contentes, porque quando o Governo mudar vai ser tudo reaberto, pronto, não se aflijam, isto é uma questão de uma semana, um mês ou dois, um ano, quando os coelhinhos forem para o Governo uma vez que os socratinos é que lá estão agora e são uns idiotas, estamos de parabéns, passamos a ter tudo reaberto, a urgência em vez de um médico vamos ter três ou quatro, para se atropelarem, vai ser tudo facilidades. Meus amigos, até já ouvi aqui quase que apelar à revolução, daqui a pouco até já somos como os egípcios, líbios ou coisa parecida. Eu gostava muito que se apelasse à calma. Eu não sou contra as manifestações. Eu vi uma manifestação há dias que tem todo o direito de existir, até apelavam àquilo que entendem que é o melhor para eles, mas nitidamente é uma manifestação política, e eu aqui não estou para defender nem PS, nem PSD, nem CDS, nem quero saber disso para nada, quero é que as pessoas tenham mais convicção naquilo que dizem, vamos para a rua, vamos fazer barulho, quando o Governo mudar os que agora apelam ao barulho apelam à calma. Afinal, isto é um País de políticos ou é um País de pessoas que querem o melhor para elas. Façam contas e depois digam-me se vale a pena ter um SAP aberto durante a noite para atender um doente, façam contas, e o valor que eu ouvi aqui há pouco é mentira, é falso, o custo da urgência é bem mais elevado. É claro que é importante termos, mas temos que ver se justifica. Vou sair muito mal na fotografia, mas é isto que eu penso e tenho o direito de o dizer, portanto, isto do Governo, Governo, Governo, Governo, estamos como queremos, como este Governo vai cair provavelmente muito depressa, vamos ficar maravilhosamente servidos porque vamos ter tudo o que queremos e precisamos, e os SAP's vão abrir, vai ser uma alegria. Era só isto o que eu queria dizer. -----

-----**Ricardo Ferreira:** Algo parece que está a passar aqui ao lado, a política da saúde não é responsabilidade do poder local, não é responsabilidade da Câmara Municipal de Moncorvo, em Moncorvo, é da Administração Central, e acho que a partir dessa honestidade intelectual temos que iniciar a nossa conversa. Mais do que isso, não houve em momento algum por parte do Partido Socialista de Moncorvo, uma aceitação imediata e clara que foi aquilo que ordenou a Administração Central no caso do encerramento da Consulta Aberta, e nós somos efectivamente contra o encerramento dessa Consulta Aberta e subscrevemos na íntegra aquilo que o Executivo camarário aprovou, por unanimidade, na reunião do dia 4 de Fevereiro. É disso também que aqui estamos a falar, porque da mesma forma que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve essa posição do Executivo, gostava de saber se a Coligação subscreve também essa posição, e já ouvimos aqui dizer que o Executivo não foi expedito na resposta, mas, foi, porque nessa própria posição do dia 4 de Fevereiro já diz que fez e tem um acordo, e os senhores Deputados parece que não sabem ler, porque está aqui a proposta para o acordo com a Santa Casa da Misericórdia que resolve em parte o problema do encerramento da Consulta Aberta, e também ninguém fala acerca do reverter da situação que também já foi conseguida de que os utentes eram encaminhados para a Guarda e para Coimbra, e foi revertido, são encaminhados para Mirandela e possivelmente para Bragança, e também ninguém fala acerca daquilo que também lá diz de que o Executivo vai continuar a encetar esforços para relocalizar o serviço nocturno em Torre de Moncorvo e que vai pedir um estudo técnico para que isso seja possível, porque nós sabemos perfeitamente e vai haver alterações noutros serviços em Moncorvo que vão ganhar mais valências, e que tudo indica que seja possível relocalizar o serviço em Torre de Moncorvo. Por isso, gostava de perceber porque é que se faz uma manifestação que supostamente é partidária, onde depois aparece em toda a comunicação social que foi organizada pelos Líderes Concelhios do CDS/PP, e porque é que o senhor José Brinquete do PCP sai da reunião da Associação Nacional de



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesias (ANAFRE), em Bragança, e diz que vem organizar uma manifestação a Torre de Moncorvo. Quer dizer, se isto é apatidário, por amor de Deus, tenham lá paciência, as coisas não são assim, tratem as coisas como deve ser e deixem-se de brincadeiras que isto é demasiado sério para aquilo que estamos a discutir. -----

-----**António Salema:** Do que ouvi das intervenções vou dizer o seguinte. Nós também pusemos em título moção I e moção II, portanto, estamos abertos a um melhoramento, este documento pode ser moção, pode ser o que lhe quiserem chamar, porque não redigimos o documento para que esta Assembleia vote conforme está. Agora, ao apresentarmos este documento não foi porque apareceu a manifestação do dia 23, não, isto já estava planeado desde que houve a posição da ARS Norte às várias Instituições a comunicar o fecho do atendimento nocturno, portanto, nós não fomos a reboque, houve gente que apareceu na manifestação e houve gente que não apareceu. Agora, nós entendemos que não era na manifestação que a Comissão se devia pronunciar, a Comissão deve pronunciar-se na Assembleia Municipal uma vez que fomos eleitos por esta Assembleia para acompanhar o que se estava a passar na Saúde, e estamos a acompanhar demonstrando o nosso descontentamento contra o Poder Central, não é falsamente, é concretamente, e revertermos a posição da ARS Norte no fecho do atendimento nocturno, e chamar a atenção aqui porque nós meus amigos é que somos os verdadeiros representantes do Povo do Concelho de Torre de Moncorvo. Acompanhamos a manifestação, acompanhamos as posições da Câmara, e ali o Deputado Ricardo disse muito bem que há um documento da Câmara, e eu vou desafiar aqui o senhor Presidente, para dar a palavra também aos responsáveis da Câmara Municipal para explicarem concretamente o que é que a Câmara fez e o que está a fazer. -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Fazendo uma pequena súmula do que aqui foi expresso, em súmula eu diria o seguinte. A Comissão que, repito, emerge desta Assembleia produz dois documentos, esses documentos foram lidos e, por conseguinte, foi feita uma apreciação geral, enfim, sumária mas geral sobre os mesmos, há aspectos críticos, críticos de contundência porque deve ser mais afirmativa, se calhar haver aqui aspectos mais dirigidos, mais acutilantes. -----

-----Por outro lado, há outras questões que são suscitadas também por elementos da bancada do Partido Socialista do ponto de vista do que são os custos, da apreciação global de tudo isto, enfim e, por conseguinte, não há uma concordância geral. -----

-----Todavia, é nosso propósito e penso que é absolutamente fundamental que, e eu ia deixar esta sugestão, sem previamente deixar de pedir que é possível do ponto de vista regimental, porque também houve aqui críticas designadamente do Deputado Carlos d'Abreu mas não só, dirigidas ao Executivo do ponto de vista da sua intervenção sobre estas matérias, e é importante que o Executivo possa também dilucidar alguma situação que aqui ocorre sobre esta mesma matéria, mas no final de contas o que eu proporia é, porventura os Líderes Parlamentares se encontrem com um grupo mais alargado para dar uma redacção última a este tipo de documento que poderemos vir a transformar numa moção a apresentar a quem de direito. Sem prejuízo disso, manifestamente há aqui o ponto número três na nossa ordem de trabalhos, em que o Executivo vai dar também explicações sobre matérias concretas que ocorrem sobre este ponto – Saúde, mas no momento acolhendo a sugestão do Deputado Salema, eu propunha que o Executivo sobre este ponto concreto tivesse também a possibilidade de dar uma explicação mais directa sobre o que aqui foi dito. -----

-----*Em seguida foi dado o uso da palavra ao Senhor Vereador da Câmara, para prestar esclarecimentos.* -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Vereador Sr. António Moreira:** Eu preferia que nós no ponto três déssemos as explicações todas e falássemos sobre o assunto, se não vêem inconveniente. -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Muito bem, eu acolho, sendo certo que no Regimento, n.º 1 do artigo 24.º – Regras do uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal, se diz: *a palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal, no período “Antes da Ordem do Dia”, para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.* Por conseguinte, há aqui matérias que pode eventualmente, mas o ponto número três da nossa ordem do dia será suficientemente importante na sua discussão para que depois a Câmara possa sobre essa matéria dar outras explicações e, se calhar é a sede mais adequada. Por conseguinte e em resumo, eu sobre este ponto volto a deixar à consideração dos senhores Deputados se se deve ou não votar este tipo de documento, a sua transformação numa moção é perfeitamente viável, manter ou alterar a substância do que aqui está ou sobretudo no seu aspecto de documento final e, por conseguinte, sobre essa matéria muito rapidamente porque o nosso tempo vai-se esgotando no período antes da ordem do dia, eu de novo deixava a palavra aos senhores Deputados agora muito sumariamente para dizerem sobre isto o que é que entendem, ou seja, se deverão porventura os Líderes dos Grupos Parlamentares entenderem-se com um grupo alargado para se arranjar aqui com a Comissão obviamente, uma redacção final que possa depois ser aprovada por nós ainda durante esta Sessão. -----

-----**Orlando Mesquita:** Senhor Presidente, eu concordo plenamente com a sua opinião e estou de acordo, aliás, estava com ideias até de pedir a suspensão dos trabalhos para reunir o meu Grupo Parlamentar exactamente por causa desses aspectos, esse estudo para mim é fundamental, está muito bem organizado, e ao qual eu tiro o meu chapéu e dou os meus parabéns, fosse transformado sim numa moção de repúdio apresentada pela Assembleia Municipal, onde poderíamos integrar esses documentos que eu desde já aprovo. -----

-----Para finalizar, só queria dizer aqui duas ou três coisas uma vez que de certa forma fui atingido, não muito porque já estou habituado de quem vem, mas fui atingido na honra, e gostava de dar uma pequena resposta que é o caso, porque o Sr. Deputado Fevereiro referiu-se a mim dizendo que tenho a vista curta, infelizmente Deus não me dotou com a inteligência que a ele lhe sobeja, mas, depois, vejo afirmações do género: o problema de saúde é psicológico e bastam os doentes estarem animados; se eu cortar um dedo faço um torniquete; e ainda não temos acessos mas vamos tendo os melhores acessos que há. Afinal, parece que também há mais gente com vistas curtas, e assim fico contente porque já somos dois Sr. Deputado Fevereiro ... **(ouve-se uma voz)**. Não é responder, isto aqui é uma defesa da honra Sr. Deputado Fevereiro, eu sempre me dirigi a toda a gente com respeito, nunca faltei ao respeito a ninguém, e não lhe admito a si Sr. Deputado Fevereiro, porque nunca lhe dei confiança para isso apesar de ter muito respeito pelo senhor e continuo a tê-lo, mas nunca me dirigi ao senhor nem a ninguém nesses termos e, portanto, estamos aqui para termos um bocadinho de hombridade e não para nos gladiarmos assim. Teria aqui mais coisas para dizer, porque houve aqui outras afirmações engraçadas, mas não me quero alongar. -----

-----**Ricardo Ferreira:** Nós estamos de acordo com a sua proposta para transformar isto numa posição comum da Assembleia Municipal. -----

-----Como na minha intervenção anterior me esqueci de dizer uma coisa, quero referir também que o Executivo recebeu a auto-nomeada Comissão de Utentes, aquilo que vem na comunicação social é falso e já foi desmentido pelo Executivo. -----

-----**Francisco Fevereiro:** Eu acho que o Sr. Deputado Orlando Mesquita não percebeu o que eu disse. O que me preocupa é quando se tem que ver mais além, se nós temos um



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema grave, se estamos a ser adernados no mesmo ingrediente ou se andamos em ziguezague. Se eu vou para Bragança estou em ziguezague, porque se for mais grave lá não me governo, vou para o Porto morro a caminho porque são deslocações muito maiores, e para Mirandela ou para Murça, estou na direcção do Porto. Para Foz Côa estou na direcção da Guarda ou Coimbra, está a ver? Preocupa-me o ir andar aqui aos ziguezagues para onde não me resolvem um problema grave, porque se não for um problema grave estou-me borrhando, eu faço um torniquete num golpe do dedo e vou lá no dia seguinte, contrariamente ao que muita gente faz que utilizava uma Consulta Aberta para gastar muito dinheiro ao Governo, e nós temos de ser coerentes, que ninguém se iluda, se gastamos o dinheiro mal gasto somos nós os contribuintes que temos que o pagar, e então se nós o pouparmos aqui vamos tê-lo disponível noutra situação, porque o Governo tem que nos cumprir esses direitos. -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Sobre esta matéria vamos porventura adoptar esta solução, vamos prosseguir os trabalhos sem prejuízo de a Comissão com os Líderes Parlamentares se reunirem e se encontrar depois uma redacção final para este documento a apresentar. -----

-----O período de “Antes da Ordem do Dia” prosseguiu com as seguintes intervenções: -----

-----**Francisco Varela** (Presidente da Junta de Freguesia da Lousa): Eu estava à espera de receber a documentação com os pontos desta Assembleia, e até hoje de manhã não recebi nada, neste momento estou em branco, portanto, eu queria perguntar ao senhor Presidente o que é que se vai fazer em relação a isto. -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Não encontro explicação objectiva para lhe dar em função da explicação que é dada pelo funcionário, ou seja, a documentação foi remetida para toda a gente ao mesmo tempo. Só tenho que lamentar, enfim, pode ter havido um qualquer lapso dos Correios ou de quem quer que seja, porque não faz nenhum sentido que não lhe tivesse sido enviada a documentação. -----

-----**Francisco Varela** (Presidente da Junta de Freguesia da Lousa): Eu estou a ver aqui os pontos e penso que os pontos não são assim tão importantes para eu não poder estar a discutir isto, portanto, posso relevar neste momento, mas espero que nas próximas vezes isto não aconteça. -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Não pode acontecer, não deve acontecer nem desta vez nem doutra. Estranho é que tenha sido só o Sr. Deputado não ter recebido a documentação ... (*ouve-se uma voz*). Sobre este assunto só. -----

-----**António Júlio Andrade**: Efectivamente parece-me que é uma posição que talvez já devia ser tomada. O funcionamento dos Correios em Torre de Moncorvo anda muito mal, prova concreta, eu há duas semanas mando uma encomenda para Lisboa, por correio azul, demora nove dias a chegar. Quando foi da apresentação do meu livro sobre a República, foram enviados cento e tal convites para gente aqui de Moncorvo e dos arredores em geral, não houve um único que chegasse a horas, e foram metidos com quatro dias de antecedência pelos serviços da Câmara, não foi por mim. De maneira que, efectivamente parece-me que a distribuição do correio anda muito mal, e não sei até que ponto não seria bom para a próxima vez apresentar uma moção sobre isso. -----

-----**Guilhermino Soares** (Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha): Senhor Presidente, eu peço desculpa porque pensei que as inscrições para o período de antes da ordem do dia ainda não se tivessem iniciado, e que as inscrições tivessem sido só para a questão da posição



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tomada pela Comissão de Saúde. Eu só queria referir que efectivamente eu não tenho documentação de suporte para esta Assembleia. Chegou-me hoje, possivelmente devia ter sido posto ontem à noite na minha caixa de correio um CD, em correio azul, que nem carimbo tem. Infelizmente, eu só cheguei a casa à uma da manhã e estava lá o CD que ainda nem tive tempo de o abrir, portanto, não tenho a documentação de suporte desta Assembleia, e eu em consciência não estarei em condições de votar nenhum dos pontos do que aqui for discutido, de modo que a minha posição vai ser de abstenção como o fiz na acta que não tive oportunidade de ler, porque não tive tempo de o fazer. E, se fosse possível, por uma questão de ter esses documentos aqui presentes a esta Assembleia, haver alguma coisa que possa ser entregue fisicamente, ao menos para tentar acompanhar, é que eu não sei qual é a agenda. ----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Sobre este ponto Senhores Deputados, as situações que suscitaram são perfeitamente legítimas e razoáveis. Estranhamente, pensei que fosse só o caso do Sr. Presidente de Junta da Lousa e, por conseguinte, vou tomar nota disto e conversar com o serviço de apoio no sentido desta situação não mais voltar a repetir-se. Por conseguinte, era isto só para encerrar este ponto. -----

-----Relativamente ao período de antes da ordem do dia vai ser encerrado, porque já passou uma hora ... (**ouve-se uma voz**). Sr. Deputado, o período de antes da ordem do dia regimentalmente terá a duração máxima de uma hora. Os assuntos são presentes e o tempo é distribuído pelos Senhores Deputados que se inscrevem para os assuntos, por conseguinte, na distribuição deste tempo chegámos ao fim. Cada senhor Deputado tem a possibilidade de intervir cinco minutos no conjunto da distribuição da hora e por uma só vez. É assim Sr. Deputado não há volta a dar-lhe ... (**ouve-se uma voz**). Senhor Deputado haverá necessariamente a continuação da nossa agenda, na oportunidade a gente ou respeita o Regimento ou não o respeita. O período de antes da ordem do dia e os assuntos são aqueles que a Assembleia deve considerar ou quer considerar num período de uma hora que é o tempo que temos para apreciação desses assuntos. Se porventura um determinado assunto nos esgota o tempo, temos na oportunidade que o deixar para a próxima Assembleia, enfim, a forma de recolocar as questões se tempestivamente for útil. Eu reconheço que pode acontecer uma coisa que perca oportunidade, mas, ou obedecemos ao Regimento, ou não obedecemos. Este é o princípio. Por conseguinte, vamos encerrar este período e vamos passar, então, ao período da ordem do dia. -----

-----De imediato deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: -----

### II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

#### **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----**

-----Presente a informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, assim como a situação financeira do Município. -----

-----O *Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que prescindiu, tendo solicitado aos Deputados que desejassem usar da palavra, que procedessem à respectiva inscrição.* -----

-----Sobre este ponto não se registaram pedidos de inscrição, passamos ao ponto número dois ... (**ouve-se uma voz**). O Sr. Deputado não se inscreveu ... (**ouve-se uma voz**). Peço desculpa. Ouça. Respeito Sr. Deputado, respeito. Sr. Deputado, eu estou um bocado cansado, o senhor tem que perceber de uma vez por todas que tem que respeitar a Mesa da Assembleia



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e o Presidente. O Presidente abriu a ordem do dia e disse: o ponto número um é este. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para eventualmente clarificar algum aspecto, não tem nada que dizer, dei a palavra aos Senhores Deputados para se inscreverem, duas vezes ... **(ouve-se uma voz)**. Sr. Deputado, o senhor tem que aprender a respeitar, isto é uma questão de educação, é essencial, Sr. Deputado. O senhor não pode ser um homem truculento que diga aquilo e se dirija aos outros, designadamente ao Presidente da Assembleia que lhe merece respeito, porque eu respeito-o a si, compreende? Por conseguinte, eu dei a palavra aos senhores Deputados e sobre este período ninguém se quis inscrever ou ninguém se inscreveu ... **(ouvem-se vozes)**. Bom, senhores Deputados, inscrições. -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**Carlos d'Abreu:** Relativamente a este ponto e passando em revista o relatório que a Câmara Municipal por lei nos é obrigada a remeter, verifico mais uma vez que nestes últimos tempos, quicá nestes últimos anos, estes relatórios vêm sendo cada vez mais pobres, portanto, isso revela e denota, enfim, a falta de actividade naturalmente, preenchem-se aqui umas folhas, enfim, com uns floreados, enfim, salvo uma ou outra excepção, enfim, são assuntos que não, digamos, que merecem constar nele. Os relatórios são pobres, no entanto, isso não significa que não haja assuntos que nele deviam constar. Por exemplo, nele não há referências a essa questão da gestão do fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade para o Baixo Sabor, ou do Baixo Sabor / Tua, isso tem causado alguma polémica, a Câmara Municipal tem estado envolvida nela, nas negociações com o ICNB, com a EDP e por aí adiante. Então, e nós Membros da Assembleia Municipal não temos direito de saber o que é que se tem dito e feito nesses encontros e nessas negociações? -----

-----Neste relatório também não se faz referência nenhuma à nossa participação no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Douro-Douro, os contactos existem, a comunicação social fala, enfim, de projectos, parece que nos querem transformar até em cabreiros, querem distribuir por aí umas chibas, enfim, queria saber se o Município também vai ser contemplado com alguma ou não. -----

-----Não se refere que há empresas interessadas em investir no nosso Concelho, por exemplo, relativamente à atribuição de direitos de prospecção e pesquisa de depósitos minerais de ferro. Bom, a Câmara Municipal tem que saber disso certamente, não é? Então, e nós não temos o direito de saber? -----

-----Por exemplo, aqui há uma Sessão atrás, creio que na última se não estou em erro, a Câmara Municipal dava-nos conta que estava desagradada com o Plano de Desenvolvimento da Navegabilidade do Rio Douro. Eu perguntei ao Executivo que nos explicasse os motivos desse desagrado. Bom, o Executivo não respondeu, eu espero que hoje tenha acesso, pelos vistos vou ter oportunidade de aceder a esse documento, enfim, na última sessão eu tentei, mas não foi possível apesar da boa vontade do nosso conterrâneo Favorino Bastos. -----

-----Este relatório, por exemplo, também não nos dá notícias sobre esse tal projecto de construção de um Hotel e SPA de 4 estrelas, para as Cabanas de Baixo, e para o qual foi solicitado a esta Assembleia a suspensão parcial do PDM. -----

-----A Câmara Municipal também omite a questão do projecto da travessia do Douro para o IP2. Isso é um assunto de nosso interesse. Então, na última Sessão tentaram fazer aqui uma moção congratulatória ao Governo de Lisboa, porque inaugurou um troço de quinze quilómetros, em cascos de rolha como aqui se disse e é verdade, esquecendo-se que o projecto para a travessia do Douro não existe. Então, e continuam a omitir-nos essa questão? Será que a Câmara Municipal ao longo destes últimos anos em que se projectou e negociou o





## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

IP2 ou a passagem ou por onde deveria passar essa via de transporte não tratou desse assunto? Não tem revelado junto dessas Entidades essa preocupação? Que diabo, acho que temos direito, direito legal até e não só moral de sermos informados sobre essas questões. Por isso, gostaria de saber algo sobre esta e todas aquelas questões que frisei. -----

-----Eu, agora vou permitir-me que refira aqui aquilo que eu não pude fazer antes. Essa questão da moção que esgotou o tempo de antes da ordem do dia, é uma questão importante, é verdade, mas por ser importante é que devia ser incluída na documentação desta Assembleia, por ser tão importante assim é que devia constar na ordem de trabalhos, e aí já não teríamos esgotado o nosso tempo antes da ordem do dia com esse assunto. Tenho dito. ---

-----**Nuno Costa:** Neste relatório vem explanado que foi aprovado pelo Tribunal de Contas o Plano de Saneamento Financeiro, que comporta o empréstimo de nove milhões e quatrocentos mil euros. Eu gostaria de saber, porque parece-me importante, ainda não vir nesta 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2011 a alteração a esse Orçamento, porque nós aprovámos aqui em Dezembro um Orçamento que não incluía o empréstimo, e como ele já foi aprovado pelo Tribunal de Contas, deve incluir. -----

-----Também é de salientar que segundo esta informação escrita, a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, deve qualquer coisa como vinte milhões de euros. Afinal, em 2009, na campanha eleitoral tínhamos razão, não é? Era importante saber realmente o que é que se passa com esta questão do Plano de Saneamento Financeiro, porque é que não vem ainda nesta Assembleia, ou virá na próxima, para termos uma ideia sobre o que se passa. -----

-----**Manuel José Dinis** (Presidente da Junta de Freguesia de Larinho): Neste relatório diz assim: Entrou em fase de ensaio a nova ETAR de Carviçais. Ora, eu queria perguntar ao Executivo como é que faz funcionar as electro-bombas da ETAR se o corpo de energia ainda não foi ligado. É só isso. -----

-----*Para dar resposta às intervenções anteriores, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos:* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** As questões que aqui foram colocadas pelo Deputado Carlos d'Abreu, embora sejam de importância para o Concelho, se o Executivo não as colocou no relatório é porque ainda não estão devidamente concluídas. Esta questão do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro, tem um site, onde há ideias e falou nelas sobre alguns investimentos, mas ainda não há nada de concreto, portanto, são ideias que ainda estão a ser trabalhadas. A questão também da concessão do minério, há uma empresa que está a fazer essa prospecção, mas também ainda não há nada de concreto sobre a matéria, temos acompanhado isso, etc. A questão do Hotel a mesma coisa, portanto, são questões que estão pendentes, que estão a ter os seus desenvolvimentos, e quando um dia houver questões concretas, havemos de as agendar para a Assembleia. -----

-----O Plano de Saneamento Financeiro ao fim de quatro/cinco meses de muito trabalho e respostas ao Tribunal de Contas finalmente viu a luz do dia, portanto, nas cláusulas contratuais com a Caixa Geral de Depósitos e que foram aprovadas pelo Tribunal de Contas, há uma listagem que serviu de suporte ao saneamento financeiro, sendo que é para pagar dívidas e não para investimentos, é esse o objecto do saneamento financeiro, o pagamento de dívidas a fornecedores, empreiteiros e reformulação de alguns empréstimos que a Câmara tinha e que as condições agora são mais favoráveis que eram aquelas e, portanto, há toda essa harmonização financeira, e penso que na próxima Assembleia Municipal, com as Contas de Gerência, já virá aí essa informação mais aprofundada, de forma a podermos apreciá-la e discuti-la. -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A questão da ETAR, a informação que eu tenho é uma informação oficial das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro que construiu a ETAR e que o sistema está ligado e, portanto, ... **(ouve-se uma voz)**. Está confirmado, está ligado e produz energia, mas, pronto, ... **(ouve-se uma voz)**. É um pormenor, eu não vou discutir se estava ou não. Agora, a ETAR de Carviçais está ainda em fase de ensaio, portanto, só passados alguns meses depois de se atingir os parâmetros é que vai entrar em exploração industrial. Isto quer dizer que neste período a Câmara não paga o tratamento dos efluentes, a partir do momento em que entre em exploração industrial a Câmara vai ter que pagar o tratamento dos efluentes de Carviçais. -----

### ----- 2.º Período -----

-----**Carlos d'Abreu:** Eu sei que alguns do grupo aqui da minha direita não gostam da minha voz, mas têm que me gramar ... **(ouvem-se vozes e risos)**. Não, à minha direita. Caro Vereador, bem sei que alguns dos assuntos que eu aqui referi alegando que deviam constar mas que não constam, alguns pois não têm ainda desfecho, mas nós Membros desta Assembleia Municipal não estamos cá só para, digamos, que aferir, criticar, fiscalizar o desfecho dos negócios da Câmara. Nós estamos cá para colaborar com o Executivo. Nós estamos cá para colaborar com o desenvolvimento do Concelho. Então, quer dizer, que me parece de bom-tom que nós pudéssemos ter, digamos, informação privilegiada sobre o desenvolvimento de alguns desses negócios, negócios no sentido, enfim, de acordos, conversações, porque alguns são de extrema importância para o nosso desenvolvimento. -----

-----A questão da gestão do fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade é um assunto deveras importante, pelo menos para mim, porque tem havido vários encontros nesse sentido, porque se discute se o parque deve ser do Baixo Sabor e do Tua, se deve ser só do Baixo Sabor, quer dizer, qual é a posição da Câmara Municipal relativamente a isso, porque razão é que eu enquanto Membro desta Assembleia Municipal, enquanto autarca deste Concelho, enfim, só tenho o direito de saber pela comunicação social à posterior, por vezes de forma, enfim, desvirtuada? Porque é que o Executivo Municipal não sabe dar conhecimento do decorrer dessas negociações deste assunto, enfim, e de todos os outros? -----

-----**António Salema:** Eu como Membro da Assembleia Municipal quero dizer ao Sr. Carlos d'Abreu o seguinte. Os relatórios que são apresentados aqui à Assembleia são súmulas da actividade da Câmara Municipal, e vão apenas do tempo compreendido entre a última Assembleia à actual Assembleia, portanto, não vamos agora especificar aqui tintim por tintim, porque todos nós temos possibilidades de termos acesso às actas das reuniões da Câmara Municipal, inteirarmo-nos do que se passa na Câmara Municipal, e fazermos um juízo melhor do que se passa na Câmara. -----

-----Agora, quanto à gestão do fundo do Baixo Sabor, como todos sabem, há uma Associação de Municípios do Baixo Sabor que foi constituída pelas quatro Câmaras, e que estão a desenrolar-se negociações, e tudo o que vem na imprensa também muita coisa não é verdade, portanto, as coisas vêm à Assembleia Municipal quando estão concretizadas e são assuntos concretos. Portanto, esperamos pela posição da Câmara Municipal em cada Assembleia Municipal, não vamos arranjar agora problemas e duvidar sempre destes problemas, que a Câmara Municipal está sempre a esconder matéria ou outras coisas. Eu acho que nós não devemos ir por aí Sr. Carlos d'Abreu, devemos ser sinceros e quando temos alguma dúvida, temos as actas da Câmara Municipal, ninguém fecha nada a ninguém, e o Sr. Favorino está disponível para todos os esclarecimentos, portanto, vir para aqui a dizer que os relatórios são pobres, não é assim, porque o relatório é uma súmula Sr. Deputado. -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*Em seguida foi dado o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, a fim de que este respondesse às questões formuladas.* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** Os assuntos conforme vão tendo o seu desenvolvimento vão sendo comunicados à Assembleia, mas fico satisfeito que o Sr. Carlos d'Abreu tenha mostrado disponibilidade da Assembleia Municipal para colaborar na resolução de alguns desses assuntos fazendo recomendações, portanto, o Executivo não está fechado a recomendações da Assembleia Municipal sobre algumas matérias que referiu. Agora, quando elas estiverem concretizadas de uma forma mais definitiva e como são de interesse relevante para o Concelho, serão aqui nos relatórios futuros, na próxima Assembleia possivelmente alguma destas questões que levantou, é possível que já tenha uma decisão definitiva e uma posição. -----

-----Só para esclarecer que a questão do fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade está a ser tratado pela Associação de Municípios do Baixo Sabor, da qual a presidência dessa Associação é da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, e que teve aqui nesta mesma sala, recentemente, a cerimónia de assinatura do protocolo relativo à cooperação na gestão desse fundo, para a qual foram convidados os Membros da Assembleia Municipal a estarem presentes no acto. Se os Membros da Assembleia Municipal muitas vezes não participam nos actos oficiais para os quais são convidados, aí o Município também respeita isso, e como estes relatórios são feitos com alguma antecipação, eu penso que na próxima Sessão da Assembleia será dado conhecimento e explicações sobre este assunto. -----

-----Quanto aos outros não há nada em concreto, quando houver alguma conclusão, então, daremos uma explicação mais pormenorizada e conhecimento à Assembleia. -----

-----**A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tomou conhecimento da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a recente actividade municipal.** -----

### **PONTO 2 — PROPOSTA DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2011.** -----

-----Foi presente o documento referido em título, o qual foi aprovado na reunião camarária realizada em quatro de Fevereiro de dois mil e onze. -----

-----*O Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que prescindiu, tendo solicitado aos Deputados que desejassem usar da palavra, que procedessem à respectiva inscrição.* -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**Nuno Costa:** Em relação a este ponto e como já referi anteriormente, não vem aqui a alteração de acordo com o estudo sobre o Plano de Saneamento Financeiro que foi aprovado pelo Tribunal de Contas, pronto. O valor é residual, são quinhentos euros, mas parece-me estranho, vem aqui explicado, isto é uma base contabilística, mas passo a citar – *tendo por base a devolução de cheque do Ministério da Defesa Nacional de 31/12/2010, por se encontrar não à ordem de Escola de Tropas Paraquedistas* – houve aqui algum erro que me parece um pouco grave, não sei o que é que se terá passado. Gostaria que me explicassem em relação a isso. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Este ponto da ordem do dia é estranho, caricato, ridículo, anedótico, porque tanto quanto percebo foram emitidos dois cheques pelos serviços desta Câmara



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, parece-me que a duas Entidades, porque o parágrafo segundo da página dois, trata a língua portuguesa muito mal e, portanto, não é claro. Eu não entendo devidamente. Ora, mas aquilo que depreendo é que os serviços desta Câmara Municipal emitiram dois cheques a duas Entidades, só que, pelos vistos não deviam nada a essas Entidades, ou porventura terão devido alguma coisa mas quiseram pagar-lhe duas vezes, e essas Entidades num gesto de honestidade devolveram os cheques porque essa despesa não lhes era devida, porque neste segundo parágrafo da página dois da certidão, diz – *reposições não abatidas nos pagamentos, tendo por base a devolução de cheque do Ministério da Defesa Nacional de 31/12/2010 e, prestem atenção, por se encontrar não à ordem de ..., e um outro relativo à factura ....* Não entendo isto, mas depreendo e já disse o que é que eu depreendo. Por isso, o que eu vejo aqui apesar, enfim, de todas as dúvidas que a ortografia do documento me deixa, é que houve aqui incúria, houve aqui negligência, houve aqui irresponsabilidade, houve aqui incompetência. Da parte de quem? Gostaria de saber como é que uma Entidade Pública como a Câmara Municipal que existe há oitocentos anos, comete estas gafes, não é? Claro, que por outro lado, nós só temos conhecimento disto provavelmente, enfim, porque o POCAL o exige, porque senão isto seria camuflado. Por isso, gostaria que me explicassem esta questão porque eu não a entendi. -----

-----*Em seguida foi dado o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, a fim de que este respondesse às questões formuladas.* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** Eu penso que o assunto é claro, foi discutido no Executivo e está aqui explicado pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município. Trata-se de duas situações que se verificaram entre milhares, milhares de pagamentos que a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo faz e, portanto, são questões contabilísticas. Se a Assembleia desejar eu chamo aqui a Chefe de Divisão para dar as explicações técnicas necessárias. A explicação é essa, não há incompetência, as revisões ao Orçamento encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma. Não há aqui nada de grave, grave seria se as coisas não cumprissem aquilo que a Lei obriga, que é fazer estes procedimentos de ser discutido e aprovado no Executivo e submeter à Assembleia Municipal. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 36 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>22</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos Deputados do PS e com a abstenção dos Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, aprovar a presente proposta da Primeira Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### **PONTO 3 — ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TORRE DE MONCORVO.** -----

-----Foi presente o documento referido em título, o qual foi aprovado na reunião camarária realizada em quatro de Fevereiro de dois mil e onze. -----

-----*O Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vereador da Câmara que prestou esclarecimentos sobre este ponto.* -----

-----**Vereador Sr. António Moreira:** Sobre este ponto e sobre os documentos que foram distribuídos, penso que devemos ser todos o mais cordato possível com esta situação, porque não há nenhum Moncorvense, ninguém, que não esteja realmente contra a retirada seja do que for daqui de Moncorvo, por isso, eu vou fazer uma pequena história sobre aquilo que nós realmente sabemos e a posição que a Câmara teve neste processo. Portanto, mas antes ainda queria recuar um bocadinho mais atrás como começa, por exemplo, a *consulta aberta*, porque as pessoas já fazem uma grande confusão, quer dizer, havia *urgências* conforme todos se lembram, depois das *urgências* passou a haver o *serviço de atendimento permanente*, e só depois passou a haver a *consulta aberta*, e esta questão da *consulta aberta* é uma coisa muito particular do Distrito de Bragança, porque só o Distrito de Bragança é que tem a tal *consulta aberta*. -----

-----Quando há algum tempo atrás uma equipa de técnicos/médicos resolveu fazer a distribuição daquilo que eles consideravam o *serviço de unidade básica* pelo País, deixaram aqui o Distrito de Bragança só com Mogadouro, depois mais tarde abriram também em Macedo de Cavaleiros, e nós aqui iríamos adernar a Mogadouro. Moncorvo não concordou com o projecto, mas eles conseguiram ter uma aberração ainda maior, ou seja, aos doze Concelhos do Distrito de Bragança é puxado também pela Organização de Saúde do Distrito de Bragança, Foz Côa que estava precisamente no extremo. Não obstante todas as reclamações que nós fizemos, mantiveram o *serviço de unidade básica* em Foz Côa, mesmo nós dizendo que não havia coerência nenhuma, se no Distrito da Guarda até podia ter alguma coerência, para nós não havia coerência nenhuma, portanto, não era de aceitar que o *serviço de unidade básica* estivesse em Foz Côa. -----

-----Como sabem por todo o País houve aquelas grandes manifestações e aqui no Distrito de Bragança houve a ordem efectiva para fechar os SAP's. Os Presidentes de Câmara negociaram, na altura, então para se ganhar tempo, que o fecho de qualquer serviço nocturno só seria depois de termos o IP2 e o IC5 concluídos. Entretanto, o estudo da Comissão é implantado e passados três anos é revisto, sendo que vai ser agora no final deste ano. Ora, nós em conjunto com pessoas que percebem realmente da matéria, tínhamos preparado para agora no início do ano avançarmos com um estudo técnico que realmente defendesse a posição de Moncorvo, ou seja, que o *serviço de unidade básica* deve ser centralizado em Moncorvo. -----

-----Por acaso, para nós esta posição saiu agora reforçada com aquilo que já devem saber do Centro de Emprego. O Centro de Emprego de Torre de Moncorvo cobre Vila Nova de Foz Côa e Freixo de Espada à Cinta, e brevemente, já foi definido, vai também cobrir Vila Flor e Carrazeda de Ansiães, ou seja, isto reforça a centralidade de Moncorvo, e para aquele estudo que nós desejamos vem também dar razão ao Município, ou seja, Moncorvo tem outra centralidade, é importante realmente que um serviço de urgências do tipo de *serviço de unidade básica* seja fixado em Moncorvo e não na ponta, em Vila Nova de Foz Côa. -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Portanto, para verem o enquadramento disto, havia aqui duas coisas, é que o protocolo além de terminar no final de 2011, também estava previsto no protocolo, se já houvesse condições de acessibilidades no terreno, ou seja, a conclusão do IP2 e do IC5, repito isso porque é importante. No final de Dezembro, surge-nos a notícia de que iriam ser despedidas umas dezenas de pessoas, entre elas algumas de Moncorvo, ou seja, o Dr. Salgado transmitiu-nos que de Moncorvo a trabalhar no Centro de Saúde fixos seriam oito pessoas, e hoje nós temos que ver que o Centro de Saúde de Moncorvo tem realmente uma resposta em termos de várias valências que nunca teve, e que está realmente a funcionar em pleno nas mais diversas coisas sem termos de sair aqui de Moncorvo. O Dr. Salgado e o Presidente da Câmara, na altura, tentaram resolver o problema vendo o que é que poderiam fazer de imediato para depois no futuro resolver, e até já estava preparado um protocolo para ser a Câmara a assumir alguns encargos financeiros do Centro de Saúde, ou seja, eles preparavam-se para despedir cerca de cento e noventa pessoas no Distrito e nós íamos perder esse tipo de serviços, então, houve uma posição das Câmaras todas no sentido de adiarem isso por mais um mês para estudar o problema. Entretanto, como sabem, houve eleições presidenciais, a Câmara tentava dialogar, não havia interlocutor, andava tudo preocupado com a situação das eleições, e no dia 27 de Janeiro, se não estou em erro, há uma reunião em que o Secretário de Estado vem ao Distrito e vem então com a solução. A solução deles qual era? Mantinham todos aqueles que estavam a trabalhar nos Centros de Saúde, estavam a estudar a formação de uma unidade de saúde local aglomerando todos os três hospitais distritais e os Centros de Saúde todos numa organização nova. A Câmara de Moncorvo nessa reunião opôs-se veemente contra qualquer tipo de encerramento, nós achamos que a saúde pode ser cara mas não há nada que pague a saúde, temos essa posição clarinha com toda a gente, compreendemos muito bem a questão económica, mas a nossa obrigação como Município é defender aquilo que nos parece ser um serviço que é importante, claro que nós sabemos que isto há todo um sistema, portanto, a questão do INEM tudo isso foi melhorado, a questão do helicóptero em Macedo que é aquele que maior número apresenta de actuações no interior do País, nós compreendemos isso tudo e sabemos que são milhões que estão a ser gastos em termos de saúde, mas nós também sabemos muito bem que aqui Moncorvo é um ponto fulcral, é um ponto central para nós termos aqui um serviço de unidade básica, e se não o temos pelo menos temos que ter um atendimento para estes casos, porque nós sabemos que as urgências já nem sequer passavam pelo Centro de Saúde, mas nós sabíamos e estávamos mais descansados porque a qualquer hora da noite chegávamos ao Centro de Saúde, o médico não estava lá mas telefonavam e resolviam o problema, portanto, para nós era fundamental que isto assim se mantivesse e, portanto, nessa reunião com o Secretário de Estado ficou tudo em aberto. -----

-----Para verem realmente como é que as coisas funcionam mal e nós quando funcionam mal temos de pôr o nome aos bois, o que aconteceu foi que no dia 31 de Janeiro, queriam encerrar a partir das 24h00, nem mais, nunca foi falado às 22h00, sempre nos disseram se houvesse algum encerramento seria das 24h00 às 08h00, eu às 15h00 ligo para o Coordenador do Centro de Saúde a perguntar como é que estavam as coisas, se havia alguma coisa em concreto, e o Coordenador do Centro de Saúde e representante do Coordenador Distrital de Saúde estando a trabalhar nas urgências em Macedo ligou-me a dizer que não sabia de nada naquela altura, e quando eram 17h00 recebemos um fax a comunicar então aí sim o encerramento, não das 24h00 às 08h00 como tinham referido, mas sim a partir das 22h00. Pronto, isto é a situação em termos gerais. -----

-----O que é que a Câmara fez no imediato. A Câmara fez de imediato duas coisas: Primeiro, foi tentar com o Provedor da Santa Casa da Misericórdia, portanto, minimizar aqui o



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema, e minimizar para nós o problema era tentarmos que funcionasse na Unidade de Cuidados Continuados um posto de atendimento nocturno. Na reunião de Câmara houve discussão, porque entendia-se que ou funcionava realmente como um posto de atendimento nocturno e tinha algum médico a supervisionar, ou então em termos de enfermagem só não podia, porque o simples dar um comprimido é um acto médico, portanto, e como sabem, temos também um médico na vereação e houve aí várias discussões como havíamos de resolver o problema, e assentou-se que podíamos então partir para o tal protocolo com a Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia. Claro que antes dessa reunião de Câmara nós já tínhamos reunido com o Provedor que deu toda a abertura neste processo, e nós tínhamos até duas soluções, sendo que uma solução era mitigada era só praticamente com enfermagem e isso era outro valor, não era o valor que está aí mensal, e então, se eles continuassem com o serviço conforme o têm na Unidade de Cuidados Continuados, ou seja, ver caso a caso, eu refiro aqui uma coisa, tudo que seja problemas graves não é tratado neste contexto, esses são casos que são tratados directamente com o INEM, nós era só para tentarmos minimizar aquilo que já existia e como sabemos não eram tratados esses casos graves, eram todos logo encaminhados para outros sítios, no nosso Centro de Saúde actualmente na *consulta aberta* não se tratavam casos graves, aliás, esses casos se fosse chamado o INEM nem sequer parava em Moncorvo, estavam quase todos a seguir para Foz Côa, actualmente é que não está isso a acontecer, o nosso Centro de Saúde via que era assunto complicado de imediato remetia para outro hospital, porque ali não faziam esse tipo de tratamento, não faziam esse tipo de tratamento mas havia sempre um diagnóstico que para nós era importante como é evidente. Acontece que a Santa Casa da Misericórdia achou por bem alargar aquele serviço que neste momento é um serviço com enfermeiras normais no atendimento, têm uma enfermeira chefe, e têm depois um médico que dá apoio, neste caso até tem algum apoio presencial, mas tem apoio também por telefone nalguma situação que as enfermeiras não possam controlar contactam o médico. -----

-----O que foi assinado com a Santa Casa da Misericórdia têm-no aí no documento, serviço esse alargado a todos os munícipes dentro das horas em que o Centro de Saúde esteja encerrado, portanto, dos dois assuntos que tratámos este foi tratado de imediato tentando minimizar um problema que nos estavam a causar, nós nunca fugimos a isso. -----

-----Segundo assunto, como nós já tínhamos previsto que iríamos encomendar um estudo, adiantámos essa decisão. Nessa mesma reunião, depois de vários considerandos que fizemos, foi deliberado por unanimidade, encomendar um estudo técnico que fundamente a posição do Município na próxima avaliação do sistema de emergência vigente. Portanto, duas coisas: primeiro, tratar de imediato de minimizar um problema avançando para o posto de atendimento nocturno; segundo, encomendar um estudo para podermos trazer, pensamos nós, com coerência o *serviço de urgência básica* de Foz Côa para Moncorvo. É só isso. -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**Luís Carvalho** (Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilaria): No seguimento daquilo que eu disse há pouco, acho que algumas pessoas não entenderam bem a minha posição, e de alguma forma vêm dar-me razão. Das duas uma, ou a Câmara é uma entidade de bem e aquilo que acabámos de ouvir é verdade, partimos desse princípio que vai funcionar, e então, recuamos um pouquinho e chegamos à conclusão que aquilo que eu disse tinha alguma razão de ser, ou não acreditamos, mas penso que todos acreditamos. Estão a ver porque é que eu penso assim. O Sr. Vereador não disse quanto é que isso ia ficar por mês à Câmara, mas de certeza absoluta que vai ficar por uma ínfima parte do que ficava até aqui ao erário público, e



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no fundo temos as mesmas condições, com uma diferença de cinquenta metros, a porta não é uma é outra, o médico provavelmente é o mesmo ou é um dos que, a enfermeira é uma profissional como as outras, e temos o assunto resolvido, sem ondas, sem barulho e se calhar da melhor forma, isto para justificar aquilo que eu disse há pouco. Continuo a dizer que eu sou um utente como os outros, já recorri ao serviço de urgência à noite mais do que uma vez, mas de facto continuo a pensar e acho que tenho o direito de pensar como toda a gente que do mal, o menos, e se o problema se resolve desta forma, penso que é melhor sem andarmos aqui a fazer barulho nem a culpar o Presidente da Câmara porque não sei quê, ou que nem estava para receber, acho que o que nós devemos fazer é arranjar soluções para os problemas e não criar outros maiores, esta é a minha opinião e dou os parabéns ao Presidente da Câmara e ao Executivo pela forma como tentaram resolver e solucionar o problema, penso que estamos todos na mesma, os médicos são os mesmos, continuamos a ter a enfermagem a prestar-nos os serviços, e só demonstramos com isto que, se calhar somos melhores que outros que tiveram os seus problemas acrescidos com o encerramento, mas não o resolveram e nós, afinal, até somos capazes de fazer alguma coisa. Era só isso. -----

-----**Liliana Fernandes:** Estando de acordo com o protocolo e com a medida que foi tomada, gostaria de deixar uma nota no que foi referido pelo Sr. Vereador que vai haver uma revisão da avaliação do SUB de Foz Côa no final deste ano, e que no protocolo isso deveria ter estado referido. -----

-----**António Júlio Andrade:** Bom, à primeira vista parece tudo muito simples. Eu penso que Freixo já adoptou esta solução e resolveu, mas penso que os encargos até são por conta do Governo Central e não da Câmara, segundo me disseram, mas não tenho a certeza disto, portanto, não é nada de novo, a grande diferença neste caso seria a transferência de custos financeiros do Serviço Nacional de Saúde para a Câmara de Moncorvo. Resumindo, o meu problema não é este, eu ponho muitas dúvidas é neste posto de atendimento, o protocolo nem diz se é posto médico, se é posto de enfermagem, e segundo eu entendo parece que há um médico que fica por telefone. Agora, não me digam que é um atendimento igual ao que tínhamos, não acredito, porque isso implicaria que fosse um médico que estivesse de serviço ou que isto ou que aquilo. Portanto, não era, de certeza que não será. -----

-----Depois, parece-me que há de certo modo uma contradição, se as pessoas estão seguras de que o estudo que vão fazer vem dar razão e que o Governo inflectirá a situação, este próprio protocolo é uma negação disto, às tantas se tivéssemos razão depois diziam assim: não, vocês já estão tão bem servidos que já não vale a pena inverter isto. -----

-----As minhas reservas e, por isso, eu vou abster-me. -----

-----**Altina Pinto:** Eu fiquei com algumas dúvidas com a explicação que o Sr. Vereador nos transmitiu, portanto, das 22h00 às 08h00 temos a enfermeira da Unidade de Cuidados Continuados que está de serviço e temos o apoio do médico? Em que regime? À chamada ou presencial? Chamam-no pelo telefone se houver alguma situação mais caricata entre aspas, e ele vai à Unidade? Pronto. É uma questão, pelo menos para mim, acho que não está muito bem esclarecida. -----

-----Outra questão que também nos deve preocupar, como já foi dito e acho que é do conhecimento de todos, já foi criada a Unidade Local de Saúde do Nordeste, actualmente no Centro de Saúde temos seis médicos a exercer funções dos quais três já requereram a aposentação, acho que temos que trabalhar no sentido de incentivar a vinda de mais médicos para o nosso Concelho. Esse é um dos grandes problemas. -----





## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Carlos d'Abreu:** Meu caro Vereador António Moreira. Nós não podemos estribar estas nossas posições em defesa do nosso Município a partir de uma divisão administrativa, iria chamar-lhe unidade, mas já estava a dizer asneiras, uma divisão administrativa que é um morto a quem falta fazer o enterro, são os Distritos como todos nós sabemos. A Constituição de 1976 que é a que vigora diz, que o País se organiza em municípios e em regiões administrativas. Por isso, como aqui também já foi dito e secundado... enfim, pelo nosso Vereador José Aires, ele próprio perguntou que não sabe porque é que a Assembleia Distrital existe, quando eu aqui questionava ou questionei algumas vezes sobre os resultados de algumas sessões dessa entidade abstracta a que chamam Assembleia Distrital, e que sempre me respondeu que... enfim, não se realizou por falta de quórum. Por isso, nós não podemos estribar os nossos argumentos nessa divisão territorial que já não existe, não existe, e Vila Nova de Foz Côa segundo a divisão histórica que vigorou até 1976 pertencia à província de Trás-os-Montes e Alto Douro, por isso, não podemos ir por aí. Agora, a Câmara Municipal podia era aproveitar o facto de terem criado esse serviço em Vila Nova de Foz Côa, para defender uma solução rápida para a travessia do Douro no IP2, visto que a conclusão dessas vias, IP2 e IC5, condicionavam... enfim, esta Organização de Saúde. -----

-----Este protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo é um paliativo, ao contrário daquilo que aqui alguém já disse que vai funcionar tudo na mesma. Mas como é que pode funcionar tudo na mesma? A equipa médica já está assegurada? Quem é o médico? É um, quantos são? Se é só um vai estar de serviço permanentemente, eternamente? Vai estar sempre disponível em casa... enfim, atender o telefone e deslocar-se para o local da urgência ou para o local ou lá para o hospital ou antigo hospital, não sei como lhe chamam agora, nem é importante saber. -----

-----Apesar daqui também já alguém ao fazer a apologia da política do Governo nesta matéria dizendo que isso não é competência da Assembleia Municipal mas sim do Governo Central, no entanto, nós órgãos autárquicos podemos colaborar com os anseios, com as preocupações, com as necessidades do povo do nosso Concelho, porque nós também somos povo antes de mais e, é claro, sempre podemos... enfim, tentar minorar essas necessidades que o Governo de Lisboa nos rouba descaradamente, colonizando-nos, explorando as nossas riquezas hidroeléctricas, navegabilidade do Douro, etc., etc., e, depois... enfim, levando as receitas directamente para a Capital e não deixando cá nada, não é? -----

-----Por isso, apesar de me parecer que este protocolo, aliás, não é inédito, sabemos que há várias autarquias que têm enveredado por situações deste tipo, isso só prova que de facto os órgãos autárquicos municipais... enfim, devem estar ao lado dos anseios da população, no entanto, podíamos ir mais longe nessa tentativa de minorar a falta desses serviços. E, eu pergunto ao Executivo Municipal, alguma vez já pensaram e já fizeram umas contas simples de fazer, se os subsídios que dão ao futebol não dariam para pagar a uma equipa médica completa para nos servir, não obstante como disse, isso não ser da competência da Câmara Municipal como aqui alguém defendeu e ser da Administração Central. Tenho dito. -----

-----*Para dar resposta às intervenções anteriores, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Executivo, para prestar esclarecimentos:* -----

-----**Vereador Sr. António Moreira:** Antes de mais, a questão que foi levantada, eu acho que no protocolo poderia estar lá alguma coisa que referisse a eventualidade de vir para aqui o *serviço de unidade básica*, acho que é oportuno essa referência, mas aquilo que é fundamental explicar e volto a repetir, portanto, nós não temos que negociar nem tratar com nenhum médico. O que nós negociamos com a Santa Casa da Misericórdia é o reforço desse



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serviço, é reforçar o serviço que tem actualmente de maneira a que possa fazer face à procura, até pode ser que agora aumente, mas sabemos que a procura é muito diminuta. -----

-----Outra coisa que eu quero referir aqui, eu não digo, que com este serviço vamos resolver os problemas todos como foi aqui dito. O que eu digo é que nós fizemos isto para minimizar um problema e, atenção, quando eu digo que queremos, nós não estamos a garantir que o *serviço de unidade básica* consiga vir para Moncorvo, eu não estou a garantir isso, porque se tivéssemos essas garantias todas não valia a pena andarmos a gastar milhares de euros agora a encomendar estudos, a tentar forçar que venha para cá esse tipo de serviço. Agora, nós sabemos que temos a razão pelo nosso lado, sabemos e queremos provar isso no papel com um estudo viável, e também sabemos outra coisa, sabemos que esta luta tem que ser feita independentemente de quem estiver no Governo. É, por isso, que este assunto tem que ser consensual, não vale a pena andar aqui cada um a querer puxar pelo seu lado, pelos vistos as coisas de um momento para o outro podem mudar, hoje estão lá uns, amanhã estão lá outros, nós queremos é realmente resolver o problema de Moncorvo e tentar com quem lá estiver resolver este problema. Aliás, é sabido mesmo nos meios médicos que este assunto tem incomodado sobremaneira a Secretaria de Estado da Saúde, ou seja, eles têm visto a pressão que o Município tem feito por todos os meios e em todos os canais para que este assunto seja revisto, portanto, existe realmente essa pressão política que está a ser exercida, mas nós não queremos que este assunto seja resolvido por estar lá A ou B no poder, nós queremos que seja resolvido porque temos razão independentemente de quem esteja no poder. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** Só para esclarecer algumas afirmações que aqui tentam fazer transparecer, como é o caso do que aqui foi afirmado que sai tudo de Moncorvo. Se há justiça que deve ser feita é ao Executivo que sempre se debateu pelas questões de Moncorvo, nomeadamente a barragem, pela manutenção dos serviços, das associações, da própria delegação da CIM, da delegação das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, uma série de serviços que aqui se mantêm e outros que aqui foram criados e que foi sempre a nossa preocupação, inclusivamente todas aquelas pessoas que colaboraram e passaram pelo Executivo de Moncorvo ao longo deste anos e da oposição principalmente, foi notório que em determinadas situações houve sempre entendimento naquilo que nós entendemos que era importante para o nosso Município, independentemente e como é natural em democracia haja opiniões diferentes e de fazer as coisas, tentamos sempre encontrar uma ponta de entendimento, inclusivamente nesta questão da saúde, preocupámo-nos todos em resolver e não andámos atirar pedras uns aos outros, porque a saúde não é do PS, não é do PSD e não é do CDS, inclusivamente não é da CDU nem da camaradagem e, portanto, nós como responsáveis que somos e no nosso caso obrigam-nos a um tratamento institucional com as entidades, procuramos também dar uma imagem institucional de Moncorvo, tentar resolver os problemas e encontrar soluções mesmo discordando daquilo que foi feito aqui no nosso Concelho quanto à saúde. -----

-----Uma novidade que vou dar é que os concelhos de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães passam a integrar o Centro de Emprego de Torre de Moncorvo, que antes era constituído por Moncorvo, Foz Côa e Freixo de Espada à Cinta. -----

-----Quanto à questão que saiu na comunicação social de que a Comissão de Utentes não foi recebida, tive ontem a oportunidade de o desmentir ao abrigo da lei da resposta, inclusivamente hoje o Sr. Carlos d'Abreu veio afirmar o mesmo. A Comissão de Utentes foi recebida por mim, em representação do Executivo, nos Paços do Concelho, tendo-me sido entregue a moção que fiz chegar a quem de direito, e está aqui presente nesta sala pelo



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

menos um dos elementos da Comissão de Utentes que também esteve presente com os seus colegas. -----

-----Nestas questões importantes é fácil fazer demagogia e o Sr. Carlos d'Abreu referiu o futebol. Não se trata aqui de fazer demagogia, aqui trata-se de termos consciência daquilo que está acontecer a nível de decisões que são tomadas pela Administração Central, a Câmara não é o Ministério da Saúde, o que a Câmara e a Assembleia podem e devem fazer e todos aqueles que têm responsabilidades e cargos de responsabilidade é manter-se de forma digna, sem demagogias pela defesa dos interesses do Concelho de Moncorvo, porque há coisas que são suprapartidárias e esta é uma delas e, portanto, quando isso acontecer que haja sempre o bom senso, a dignidade e a responsabilidade dos seus Membros de chegar a posições sem estar a agredir, a tirar dividendos políticos, corriqueiros, de esquina, de café, etc., porque de uma coisa podem ficar certos, o Executivo, e estamos aqui presentes, nas questões que são de grande responsabilidade e de grande impacto no nosso Concelho, procuraremos sempre chegar a posições unânimes para que não haja essas divisões e para que as posições quer do Executivo, e penso quer também da Assembleia, saiam reforçadas a bem das nossas populações, e isso é que é fundamental. -----

### ----- 2.º Período -----

-----**Orlando Mesquita:** Senhor Vereador começo por lhe dirigir a si as minhas primeiras palavras, porque de facto concordo plenamente que este assunto é suprapartidário, ao contrário de alguns dos seus colegas de Partido que aqui têm assento parlamentar onde acusaram esta manifestação de ser politizada. Penso que aqui a politização desta manifestação teve apenas a ver com alguém que teve que dar o primeiro incito à população para vir para a rua, e penso que as pessoas todas e não eram assim tão poucas que lá estavam não trariam no bolso o seu cartão de militante de quem organizou a manifestação. Pena é, é que não tenha visto em nenhuma de tantas fotos, infelizmente não pude estar, mas não vi ninguém deste Executivo ou ninguém mais ligado ao Partido Socialista aderir a esta manifestação como dizem era politizada, portanto, não tinham que defender primeiro os interesses da terra mas sim os interesses do Partido. Digo-lhe e continuo a dizer, terei todo o gosto em participar em todas estas iniciativas que sejam politizadas por parte do Partido Socialista desde que para isso reverta no interesse da nossa terra. -----

-----Quanto ao acordo tenho a dizer que obviamente pela bancada temos que estar de acordo com ele, temos que naturalmente aprová-lo, mas deixe-me aqui expressar a opinião que isto como diz o ditado popular é *tapar o sol com uma peneira*. É e não é, porque vejamos: as situações graves que anteriormente existiam já eram encaminhadas; as situações ligeiras qualquer torniquete resolve a situação, portanto, também não sabemos para que é que queremos este acordo, mas, agora voltando à parte séria, é um acordo que naturalmente terá que ser aprovado e duvido bem que não o seja, mas... é mesmo tapar o sol com a peneira, é tentar remendar o que foi estragado, não há aqui situação possível de voltar a precaver a situação que anteriormente existia. Havia aqui questões que outros colegas já colocaram, se existiam médicos, enfermeiros, e também digo-lhe uma coisa, não há necessidade de haver um médico porque se é por telefone pode muito bem estar um senhor doutor sentado num gabinete em Lisboa com um telefone ao lado, ao telemóvel ou até na praia e fazer as consultas, porque pelos vistos é igual. -----

-----Queria só terminar com o seguinte, é que falou-se aqui no dispêndio que existia do erário público ao pagar estas noites que eram feitas, eu acabei de receber aqui um relatório do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo – *Consulta Aberta* – 2010, onde vejo que no horário



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que precisamente levou ao encerramento, entre as 20h00 e as 08h00, foram efectuadas 2.339 consultas, pronto, vamos lá ver, se isto aqui for tudo encaminhado para fora, ao erário público também custará. Além disso quero dizer outra coisa, é que custava ao erário público, o que não seria muito animador, mas o que é certo é que a partir de agora com este acordo, eu estive a fazer as contas e são 18.000,00€ anuais, mais o máximo de 3.000,00€ para aquisição de equipamento, corrijam-me se estou errado, são verbas que irão sair dos cofres da Autarquia quando dantes era do erário público. Quanto ao resto foram questões que já foram colocadas e do mal, o menos, iremos obviamente, penso eu, aprovar este acordo. Obrigado. -----

-----**Luís Carvalho** (Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça): Ora bom, mais uma vez tenho matéria para sorrir, e o PSD continua a cometer um erro que é dar sucessivos tiros nos pés, tanto quer jogar na antecipação que só diz asneiras, não é, e às vezes mais valia estar calado, se calhar por isso é que não são Câmara, se calhar se tivessem outra maneira de pensar seriam, e os tiros nos pés normalmente dói a quem os dá, e eu ouvi aqui dizer três ou quatro disparates consecutivos. Primeiro, diz que no período em que está encerrada a urgência eram feitas 3.600 consultas por mês, se dividirmos isto por 30 dias, dá qualquer coisa como um disparate, quer dizer, tínhamos um doente por noite, agora temos 3.600 consultas por mês no mesmo período em que está fechado. Há qualquer coisa aqui que está mal. Nem em dez anos. Isto é um tiro no pé. -----

-----Depois ouvimos falar em futebol, se o dinheiro que vai para o futebol fosse aplicado na contratação de médicos, eu acho que quem diz isto não sabe muito bem quanto é que custa um médico por mês, penso eu ... **(ouve-se uma voz)**. Eu não estou a falar para o meu amigo, portanto, continuamos a dar tiros nos pés. Por outro lado, queremos que Moncorvo seja conhecido em todo o lado, eu também gosto de futebol, qualquer terrazinha tem o seu grupo de futebol, portanto, não é pelo futebol que provavelmente as coisas se complicam, mas também há coisas que eu aprendo quando venho à Assembleia, ainda agora ouvi dizer, por exemplo, que as Câmaras Municipais já existem há 800 anos, isso é que é importante ... **(ouve-se uma voz)**. Sim, há 800 anos a Câmara devia ser uma coisa fantástica. Portanto, o que é que eu quero dizer com tudo isto, quero dizer que estou farto dos tais tiros nos pés e só vimos aqui perder tempo, porque quando se faz alguma coisa de interesse – minimiza-se. Realmente agora apareceu a solução para o problema mas se calhar nem é importante, porque até aquilo que fazíamos era pôr um torniquete, bom, mas é preciso ou não é preciso? É importante ou não é importante? Quando as coisas têm valor tem que ser dado, se a Câmara resolve um problema, dizemos assim, a Câmara resolveu-nos um problema, porque mais importante que isto, quer dizer, vimos um programa ontem na televisão onde aparece uma manifestação em Torre de Moncorvo, espanto, onde é que acaba? À porta da Câmara Municipal. Dá-me a ideia que os utentes devem reclamar é à porta do Centro de Saúde, portanto, se dizem que isto não é uma atitude política, ensinem-me o que é política. Depois, diz que o Presidente não recebeu a Comissão de Utentes, o Presidente não estava e tem todo o direito, não está em condições, não está hoje, está com problemas de saúde, estava o Sr. Vice-Presidente, recebeu, mais um tiro no pé, baseado numa mentira, ninguém teve o cuidado de se preocupar em saber se realmente já havia soluções. Afinal, já havia. Isso devia ter sido dito, em Moncorvo quando temos problemas resolvemo-los ou tentamos resolvê-los, foi isso o que a Câmara fez, isso não ouvi ninguém dizer. Parem com babosices, de palha e falem em coisas concretas, e quando há valor dá-se-lhe, quando não há tira-se-lhe. É só isso. -----

-----**Carlos d'Abreu**: Ora, na minha terra costumamos botar palha aos bichos caretos, primeiro de tudo. Depois, eu pensava que a Câmara Municipal tinha um defensor oficioso,



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

afinal agora já são dois, outro trânsfuga, que quando a Câmara Municipal faz... enfim, ninguém dá importância, e que quando a Câmara Municipal não faz... enfim, devia fazer e o diabo a quatro. A Câmara Municipal existe para defender os interesses da população, é para isso que ela existe, é para isso que nós a elegemos. A Câmara Municipal não tem que servir para defender interesses de grupos ou de pessoas em particular, meu amigo. A Câmara Municipal está aqui para isso, não faz mais que a obrigação se tentar encontrar soluções, apesar de esta não ser solução nenhuma, isto é um paliativo, porque os serviços existem há muitos anos e é este Governo que os está a encerrar, agora vêm para aqui com argumentação economicista ou econometrista de que é caro e não sei que mais. Eu sou português como os outros, como os de Lisboa, eu pago os mesmos impostos que eles, eu tenho os mesmos direitos que eles, meu amigo. Nós não queremos cá bichos caretos, pára-quedaistas a vir defender os socratinos, nós queremos gente que se sinta da terra ... **(ouve-se uma voz)**. Porque mesmo aqueles que não nasceram cá já tinham tempo para sentir o telurismo desta terra como eu sinto e como muitos dos que aqui estão sentem, ouviu? Tenho dito. -----

-----**António Júlio Andrade:** Eu não quero ser baboso. -----

-----*O Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Vereador Dr. Nuno Gonçalves, para dar um esclarecimento:* -----

-----**Vereador Dr. Nuno Gonçalves:** Eu aproveito para dizer que este protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, não visa de forma alguma substituir aquilo que nós achamos, o Executivo, a que temos direito que é aos nossos cuidados de saúde. Foi o protocolo feito de acordo com todas as forças partidárias que estão presentes no Executivo. E pretendeu o quê? Duas questões principais: primeiro, que as pessoas quando se dirigissem a um determinado local tivessem logo uma identidade própria com o edifício, essa é a primeira questão. -----

-----Depois, a segunda questão, seria num carácter transitório e até estar resolvido este pormenor ou por maior da questão da saúde que, houvesse um local e uma porta aberta para as pessoas conseguirem com essa identidade ao edifício terem de alguma forma assegurado um carácter positivo na questão de, se aconselharem com alguém que estivesse com a porta aberta e neste caso, uma enfermeira e um médico que pudesse responder mesmo que seja pelo telefone. Claro que isto, para nós, no Executivo, foi uma questão maior e foi isso que nós quisemos ver resolvido, sem carácter partidário e, obviamente que o Executivo gostaria que isto passasse nas bancadas parlamentares como passou no Executivo, que conseguimos de alguma forma fazer um documento que tivesse em conta não os interesses partidários da questão, mas os interesses concelhios da questão, e isto sem querer dizer onde é que seria melhor, quais seriam as percentagens e quais seriam os indicadores que cada Partido poderia retirar. Não foi isso que foi entendido pelo Executivo. Foi uma forma de conseguirmos resolver um problema, e eu estive com o Vereador Moreira juntamente com a Santa Casa da Misericórdia a tentar resolver estes problemas. Isto para terem uma noção do carácter suprapartidário e darmos à população a efectiva resposta disto. Não tem nada a ver com Partidos, tirem os Partidos disto, tirem as estatísticas disto e, isto é um apelo que eu vos faço que é, tirem de alguma forma as cargas negativas ou positivas que queiram dar a isto. Eu recordo-me de alguns quando falavam dos serviços nem sequer saberem onde é que o MAP existia e depois questionavam onde é que era a rua do MAP, recordo-me disto, de alguns que hoje passaram para bancadas diferentes, portanto, hoje falarem com esta petulância acho que não fica bem, fica bem é, desculpem que vos diga, que nós todos aqui digamos a Câmara tentou de alguma forma, de alguma forma, pode ser positiva ou negativa, mas de alguma forma, remendar aquilo que não nos deixaram ou que nos retiraram e, portanto, aqui não houve



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PS, não houve PSD, não houve CDS, houve sim a tentativa de fazer algo pelo Concelho, e foi o que foi feito. Foi o que foi feito pelo Vereador Moreira que teve a iniciativa da proposta, por nós próprios que a redigimos para tentarmos resolver o problema. Agora o carácter é transitório? É, tem que ser obrigatoriamente transitório. Temos que fazer algo para que o *serviço de unidade básica* venha para Moncorvo? Temos, mas isso é outra luta que nós temos que resolver. Neste momento temos é um protocolo para mantermos algo que já tínhamos e com que as pessoas se identifiquem, e foi isto que esteve na base do espírito do Executivo, sem olhar a cores, sem olhar a Partidos, é essa a nossa ideia e, portanto, eu como responsável também ou co-responsável pela redacção do acordo, e isto estamos todos abertos aqui como disse o Sr. Vice-Presidente para fazermos alguma alteração, mas com base nisto, esqueçam as cores partidárias, vamos ver o que é melhor para a população. Foi isto o que nós decidimos em reunião do Executivo e, portanto, eu também tenho alguma coisa a dizer, porque também ajudei a escrever este acordo. -----

-----**Orlando Mesquita:** Senhor Presidente, eu peço imensa desculpa, não tem nada a ver já com o caso, mas tenho de certo forma penitenciar-me, é que há pouco o Sr. Deputado Luís Carvalho falando dos números que eu apresentei do relatório do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo confundiu um bocado aqueles números, e eu pedi para tirar uma fotocópia para lhe entregar e conferir os números. Entretanto, não tive a liberdade de pedir cópias para os restantes Membros da Assembleia que tenho aqui disponível para o caso se assim o entenderem. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 36 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	8	30
Abstenções	0	6	6
Votos Contra	0	0	0

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Deputados Liliana Bernardino, Viviana Teixeira, António Júlio Andrade, Carlos d'Abreu, Guilhermino Soares e Francisco Varela (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP), e com os votos favoráveis dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e dos Deputados do PS, aprovar o Acordo de Cooperação entre o Município de Torre de Moncorvo e a Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

### **PONTO 4 — PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL.** -----

-----*Foi presente o documento referido em título, o qual foi aprovado na reunião camarária realizada em quatro de Fevereiro de dois mil e onze.* -----

-----Aberto o período de inscrições, nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 35 Deputados) obteve os seguintes resultados: --



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>22</b>	<b>8</b>	<b>30</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(O Deputado António Manuel Capela, representante da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, estava ausente na votação).

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente Proposta de Alteração do Regulamento do Mercado Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

**PONTO 5 — PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DOS  
AUDITÓRIOS E ESPAÇOS MUNICIPAIS.** -----

-----Foi presente o documento referido em título, o qual foi aprovado na reunião camarária realizada em vinte e um de Janeiro de dois mil e onze. -----

-----Inscreveu-se e usou da palavra o senhor Deputado: -----

-----**Carlos d'Abreu:** Eu acho muito bem que se elaborem regulamentos, porque assim sabemos melhor com o que podemos contar e porventura isto dará... enfim, azo a que deixe de haver tanta arbitrariedade nestas questões, nestas e noutras. -----

-----Relativamente ao regulamento apenas gostaria de um esclarecimento por parte do Executivo relativamente e concretamente ao artigo 5.º, aos pagamentos devidos pela utilização desses espaços. Aqui refere-se que a utilização desses espaços por parte de entidades externas ao Município está sujeita ao pagamento, a uma taxa de utilização chamemos-lhe assim. Mas não define neste regulamento o que são entidades internas, o que considera entidades internas do Município. Isso pode ser importante. -----

-----Por outro lado, quero aqui dizer que me chegou ao conhecimento que recentemente, não sei se semanas, se um mês ou dois, passou por esta Vila um grupo responsável pela Embaixada de Cuba no nosso País, andava pelos vistos em digressão com umas actividades culturais e que aqui lhes foi negado a cedência de um desses espaços. Gostaria... enfim, que confirmasse ou desmentisse... enfim, e se souber de facto aquilo que se passou, gostaria que no-lo comunicasse. -----

-----Para dar resposta à intervenção, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Executivo, para prestar esclarecimentos: -----

-----**Vereador Sr. António Moreira:** Eu vou só responder à questão do regulamento, no último caso que referiu não me lembra, posso ir ver e depois dar essa explicação, mas com certeza que foi um pedido que foi a reunião de Câmara e estará com certeza em acta. -----

-----Quanto às entidades internas ou externas, portanto, as entidades internas serão os vários serviços da Câmara Municipal não vão pagar a ela própria; externas são quaisquer outras entidades que não têm a ver directamente com o Município. Quer dizer, as entidades que nós consideramos dentro daquilo que é a Câmara Municipal, diversos serviços, o Museu, por exemplo, não vai pagar a utilização do Cine-Teatro. As outras entidades aí sim. -----

-----Quero dizer que eu concordo plenamente com este documento embora fosse uma sugestão da oposição, foi por parte de um Vereador da oposição que propôs realmente que fossem taxados os espaços municipais, e nós em reunião de Câmara concordámos com essa



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta e elaborámos um regulamento nesse sentido. -----

-----Se eu não expliquei bem posso voltar a tentar explicar. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Sim, meu caro Vereador, mas continua por definir o que são entidades internas ou pelo menos eu só obtive uma meia resposta, porque só se referiu aos serviços da Câmara Municipal, aos serviços digamos que... enfim, do Município, públicos ou semi-públicos, ou com protocolo ou sem, então, e, por exemplo, para ser... enfim, mais claro, se uma associação cultural deste Concelho necessitar desse espaço é considerada entidade interna ou externa? -----

-----**Vereador Sr. António Moreira:** Essa aí é entidade externa como é evidente à Câmara Municipal, mas tem preço diferente de outras entidades, não é, que não possuem essas actividades de interesse público. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Se o senhor Presidente me permitisse, eu gostaria de dar uma achega para a melhoria deste texto. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 35 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	21	10	31
Abstenções	0	4	4
Votos Contra	0	0	0

(O Deputado Afonso Henrique Alagoa, representante da Bancada do PS, estava ausente na votação).

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Deputados Orlando Mesquita, Carlos d'Abreu, Guilhermino Soares e Francisco Varela (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP), e com os votos favoráveis dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e dos Deputados do PS, aprovar a presente Proposta de Regulamento de Utilização e Cedência dos Auditórios e Espaços Municipais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----O Deputado **Carlos d'Abreu** fez a seguinte declaração de voto: *“Abstive-me, porque segundo a explicação do nosso Vereador, a redacção deste artigo 5.º não está clara, ficou um pouquinho mais clara, mas então agora a partir dessas explicações podemos classificá-la facilmente, basta no ponto 1, dizer: A utilização do auditório da Biblioteca Municipal, Celeiro e Cine-Teatro por entidades externas aos serviços Municipais de Torre de Moncorvo fica condicionada. Parece-me muito mais claro.”* -----

### **PONTO 6 — PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DOS AUTOCARROS PARA APOIO ÀS ACTIVIDADES TURÍSTICAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS.** -----

-----*Foi presente o documento referido em título, o qual foi aprovado na reunião camarária realizada em vinte e um de Janeiro de dois mil e onze.* -----

-----Aberto o período de inscrições, nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 36 Deputados) obteve os seguintes resultados: --





**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>22</b>	<b>11</b>	<b>33</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria**, com a abstenção dos Deputados Carlos d'Abreu, Guilhermino Soares e Francisco Varela (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP), e com os votos favoráveis dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e dos Deputados do PS, **aprovar a presente Proposta de Regulamento Municipal de Utilização dos Autocarros para Apoio às Actividades Turísticas, Culturais e Desportivas, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

**PONTO 7 — PROPOSTA DO NOVO REGULAMENTO DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO. -**

-----*Foi presente o documento referido em título, o qual foi aprovado na reunião camarária realizada em dezoito de Fevereiro de dois mil e onze.* -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**Francisco Fevereiro:** Eu vou chamar a atenção para alguns pontos de alguns artigos, alguns que eu não entendo bem, outros que penso que entendo, e acho que estaremos aqui, digamos, a avaliar uma situação que pode ser muito contundente para os promotores de qualquer investimento na Zona Industrial. Neste campo, ao dirigir e pedir determinados esclarecimentos, eu perguntava ao Sr. Vereador Dr. Nuno Gonçalves, naquilo que for de porte jurídico, porque presumo que também esteve na aprovação deste Regulamento, se me puder, então, elucidar das minhas dúvidas essencialmente e dos meus receios. -----

-----Portanto, no artigo 13.º «*da alienação dos lotes*», ou seja, regulamenta a forma ou a não forma de alienar um lote, mas, depois, no n.º 2, diz: «*aos adquirentes está proibida a transmissão das instalações*», ou seja, será que daqui a vinte anos quando alguém já construiu, já trabalhou, já pôs a operação em funcionamento, se quiser transmitir essas instalações a Câmara pode permitir? E só por morte do titular é que essa transmissão pode ser feita? Ou isto aqui deveria constar a palavra lotes? Ou então em que é que consiste o termo transmissão, é venda ou arrendamento? -----

-----No artigo 22.º fala-se no «*direito de reversão*», portanto, «*findo o prazo limite fixado no artigo anterior*», eu penso que este prazo não está fixado no artigo 21.º mas sim no artigo 15.º, portanto, isto não estará correcto, mas de qualquer maneira subentende-se que no artigo 15.º é que está fixado, «*o lote e/ou construções nele implantadas reverterão para a titularidade da Câmara Municipal, sem direito a qualquer indemnização*». Ora, o que o artigo 15.º dá é um prazo muito rígido de construção e da entrada em funcionamento, e praticamente impossível de concluir dado as morosidades dos serviços se quiser funcionar com todas as licenças legais, porque isto hoje faz-se uma empresa na hora, mas, depois, para a pôr a funcionar leva dois anos, porque é preciso passar por trinta gabinetes, levar trinta carimbos e passar trinta cheques. Este regulamento nem sequer salvaguarda o direito do promotor do investimento no caso de não entrada em funcionamento não ser da responsabilidade dele, ou seja, nem com um lote dado eu punha um tijolo num lote adquirido assim, é muito perigoso, há um Organismo que não o deixa entrar em funcionamento porque falta uma vírgula, isso hoje acontece em



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos os sítios, e a pessoa que já lá tem o edifício concluído mas que lhe falta a porta fica sem nada, este regulamento permite-o, acho eu, e depois é como que se o Estado se atrasasse num dia na conclusão de uma auto-estrada ficasse sem ela, porque houve uma derrapagem de um dia. É pouca coisa, mas acho que é muita coisa. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Se a Mesa me permitisse eu preferia intervir depois das explicações que certamente a Mesa... enfim, vai solicitar ao Vereador Nuno Gonçalves a pedido do nosso Colega, porque se não corro o risco de estar... enfim, digamos a repetir situações que porventura vão ser esclarecidas. -----

-----*Para dar resposta às intervenções anteriores, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos:* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** É importante que os regulamentos sejam analisados e aprofundados, porque não há documentos perfeitos e às vezes há questões que fogem um pouco à análise, pois costuma dizer-se quanto mais pessoas a pensar sobre o assunto melhor se pode harmonizar um documento. -----

-----Sobre o documento e as questões levantadas pelo Sr. Deputado Francisco Fevereiro, eu acho que algumas têm pertinência, e começava por uma que penso que não terá grande questão que é a questão do «*direito de reversão*», porque depois ao remeter para o artigo 15.º, n.º 5, diz: «*A requerimento fundamentado do interessado e a título excepcional, os prazos previstos no presente artigo poderão ser prorrogados pela Câmara Municipal*». Quer dizer, se a pessoa tiver alguma dificuldade durante a construção de financiamento ou doutro tipo, porque a vida das pessoas também têm mudanças como as sociedades e algumas dificuldades, a pessoa fundamenta que está nesta ou naquela fase mas não consegue realizar, eu penso que a Câmara tem-no feito até agora, nunca chegou lá com aquela posição de polícia ou de inquisidor, portanto, este n.º 5 salvaguarda essa situação e a Câmara tem sido flexível nisso. E os prazos porquê? Porque na primeira experiência que tivemos com o Loteamento Industrial houve pessoas que compraram terrenos e nunca mais construíram e passados alguns anos até fizeram negócio, e nessa situação era injusto porque os terrenos eram vendidos a baixo custo, havia até desconto desde que a pessoa declarasse que ia fazer lá um investimento e criar postos de trabalho. Então, a Câmara acreditando no investidor fazia logo desconto na venda, já o preço do terreno era baixo mais o desconto pagavam um valor simbólico, e a pessoa entretanto desligava-se, não construía e mais tarde vendia, e a Câmara juridicamente não podia actuar porque esta cláusula do «*direito de reversão*» além de constar no regulamento, tem de constar no respectivo contrato, e nos contratos que foram feitos não havia lá essa cláusula expressa, e neste regulamento tentámos modernizá-lo. -----

-----Há uma questão aqui que eu acho que tem razão de ser que é a questão da «*propriedade plena*», como nesta ampliação e com estes novos lotes o preço a pagar já é um preço de mercado (7,50€ / metro quadrado) e, portanto, já não são uns cêntimos, aqui acho que a pessoa ao comprar devia ficar na propriedade plena do lote e não haver estas questões de querer vendê-lo mais tarde. De qualquer maneira estes dois assuntos em questão, do «*direito de reversão*» e da «*propriedade plena*», se calhar merecem um aprofundamento. -----

-----Não sei se o Vereador Nuno Gonçalves quer acrescentar alguma coisa também, como é da área, são questões jurídicas, o regulamento esteve em inquérito público, não houve reclamações, essas questões passaram, eu propunha à Assembleia Municipal a retirada deste documento para aprofundarmos estas questões que tem a ver com a jurisprudência, solicitando também que façam chegar ao Executivo algumas sugestões e, depois na próxima sessão da



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia trazíamos já o documento com as sugestões nessa área da jurisprudência que queiram salvaguardar ou verem melhoradas aqui neste documento. -----

-----Terminado o período da ordem do dia, o **Presidente da Mesa** concedeu um intervalo de dez minutos, a fim dos Membros da Comissão de Acompanhamento para o Sector da Saúde no Concelho se reunirem com os dois Líderes Parlamentares, para análise das moções apresentadas. -----

### INTERVALO -----

-----Esgotado o tempo de intervalo, o **Presidente da Mesa** deu por reabertos os trabalhos, seguindo-se as seguintes intervenções: -----

-----**António Salema:** Depressa se chegou a acordo uma vez que este documento foi elaborado com um só sentido de servirmos o Concelho e aqui não há política, portanto, este primeiro documento passa a ser denominado como Moção I – Reavaliação da decisão da Administração Central quanto à localização do S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) em Foz Côa, e é para se dar conhecimento à Senhora Ministra da Saúde, ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, ao Senhor Presidente da ARS Norte e ao Senhor Governador Civil de Bragança. Logicamente que a Câmara vai ter conhecimento. -----

-----No segundo documento que passa a ser denominado como Moção II – Alteração do Horário de Funcionamento do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo, foi acrescentado ao texto a palavra **e repúdio** ao texto existente na redacção do primeiro parágrafo, passando-se a ler: "... expõe a presente moção para manifestar o seu profundo descontentamento e repúdio perante a decisão da Administração Central ...", e dando conhecimento também às mesmas entidades, portanto, é um documento que merece consenso de ambas as partes. -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Por conseguinte, senhores Deputados, vamos proceder à votação destas duas moções que foram consensuais entre os elementos da Comissão que se reuniram com os Líderes Parlamentares. Vamos então votar a moção I – Reavaliação da decisão da Administração Central quanto à localização do S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) em Foz Côa... (**ouvem-se vozes e ruído**). Senhores Deputados, o documento tinha sido lido integralmente, a este não foi nada acrescentado corresponde, digamos, que à ideia geral, e o segundo documento como o Sr. Deputado Salema frisou, é alterado só na redacção, passando a dizer: expõe a presente moção para manifestar o seu profundo descontentamento **e repúdio**, é isto que é acrescentado ao texto que foi consensual entre os Membros da Comissão e os Líderes Parlamentares. Por conseguinte, o Sr. Deputado considera precisar que volte a ser feita a leitura dos documentos? É que os documentos ficam registados em acta, são sabidos, quer dizer, penso que estaremos a repeti-los, agora, é perder um pouco de tempo... (**ouve-se uma voz**). Não, ficam registados aparecendo duas vezes na acta, aparece um primeiro documento como eles foram inicialmente apresentados, e aparecem como segundo documento já com as alterações introduzidas. Sr. Deputado Carlos d'Abreu, pergunto, sente-se esclarecido quanto a este ponto? (**ouvem-se vozes**). Senhores Deputados, fazem favor munam-se de alguma paciência que é sempre necessária para estas coisas. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Senhor Presidente permita-me. Eu não tive acesso à leitura desse documento, não quer dizer que tenha que ter ou que tivesse que ter, porventura deveria ter, porque se tivesse eu tê-lo-ia lido com atenção, ter-me-ia debruçado sobre ele de outra forma, do que... enfim, uma leitura oral para todos, não é. Portanto, se eu não tive acesso ao documento escrito, em suporte de papel, e sobretudo agora que ele sofre alterações, pode ter sido uma palavra mas houve uma alteração. Quer dizer, como gosto do rigor, gosto de votar



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em consciência, não fazia mal nenhum se vamos agora passar à votação desses documentos... enfim, que se voltasse a ler, pausadamente. -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Ouvido o Sr. Deputado, vamos passar à votação da Moção I, que a seguir se transcreve: -----

### **Reavaliação da decisão da Administração Central quanto à localização do S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) em Vila Nova de Foz Côa**

A Comissão para Acompanhamento da Saúde em Torre de Moncorvo, eleita nesta Assembleia Municipal, apresenta a seguinte Moção com a finalidade de inverter algumas situações que existem neste Concelho desde que o S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) foi instalado em Vila Nova de Foz Côa, e, ainda, mostrar a sua discordância relativamente à decisão da Administração Central na localização do mesmo. -----

1. Em primeiro lugar, julgamos ser necessário que a Administração Central reavalie o processo de localização do S.U.B. em Vila Nova de Foz Côa. Consideramos que a decisão de instalação deste serviço em Vila Nova de Foz Côa tenha sido uma má opção, quer do ponto de vista geográfico quer ao nível de diminuição da qualidade de prestação dos serviços de saúde aos utentes e, conseqüentemente, redução significativa do bem-estar de doentes e famílias do Concelho e Região: -----
  - a) **Geograficamente**, porque qualquer doente ou sinistrado em Torre de Moncorvo ou em zonas adjacentes terá de deslocar-se desnecessariamente para Vila Nova de Foz Côa, atendendo que os Hospitais Distritais de recepção dos nossos doentes são em Mirandela, Bragança e Vila Real. Nestas situações, somos indiscutivelmente obrigados a considerar o factor distância como argumento primordial, sendo que: -----

Torre de Moncorvo dista de Vila Nova de Foz Côa .....	17 Kms;
Vila Nova de Foz Côa – Mirandela .....	70 Kms;
Vila Nova de Foz Côa – Bragança .....	117 Kms aproximadamente;
Vila Nova de Foz Côa – Vila Real .....	117 Kms aproximadamente.
  - b) Também na **relação custo/benefício** é, indiscutivelmente, contraproducente para as Instituições que dependem mais em combustível com as viaturas que transportam os doentes e, com a agravante de que **mais quilómetros efectuados, origina uma redução significativa na qualidade do serviço prestado** em situações deste género. **Com o S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) em Vila Nova de Foz Côa, os doentes andam de um lado para o outro, perdendo tempo, causando-lhes grandes transtornos e, conseqüentemente, gerando mais custos económicos para todas as partes envolvidas.** -----
2. Outro factor, não menos importante a ter em conta, são as vozes de descontentamento manifestadas pela nossa população residente ou residente temporariamente, pelo facto de ter acontecido em muitas situações de emergência, doentes ou sinistrados, com necessidade de realização de exames e tratamentos mais específicos, terem sido canalizados, não para os Hospitais Distritais de Mirandela, Bragança e/ou Vila Real como se procedia até 2009, mas para outra área geográfica bem distinta, como os Hospitais dos Distritos da Guarda e Coimbra. Note-se, que em situações de sinistrados ligeiros ocorridos no Concelho, os doentes passavam à porta do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo, havendo um médico ao serviço, podendo, os mesmos, obter os primeiros socorros no Centro de Saúde de Torre de Moncorvo. -----
3. É importante referir que esta decisão de canalização dos doentes para outra área geográfica **acarretou, ainda, mais transtornos quer psicológicos quer económicos às famílias, nos casos de situações de óbito de pessoas e/ou acidentes graves.** Por um lado, os custos acrescidos para os mesmos no transporte de regresso dos seus familiares



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para as localidades e, por outro lado, a pouca familiaridade da população do Concelho de Torre de Moncorvo com os Hospitais destas áreas geográficas, o que contribuiu para alguma desorientação e angústia quanto aos melhores procedimentos nestas situações. ----

4. Ressalve-se, ainda, e quanto ao atendimento de doentes realizado entre as 20h00 e as 08h00, no Centro de Saúde de Torre de Moncorvo ser em média de 1,1, enquanto Vila Nova de Foz Côa regista uma média de 1,4 na urgência. Sublinhamos que o valor verificado em Vila Nova de Foz Côa é resultante das ocorrências nos Concelhos de Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta e Vila Nova de Foz Côa. -----
5. Pelo exposto, somos de opinião que se estude com realismo a decisão de reapreciação de todo o processo que conduziu à instalação do S.U.B. (Serviço de Unidade Básica) em Vila Nova de Foz Côa, no sentido de a mesma ser instalada em Torre de Moncorvo, contribuindo para a redução de custos e aumento da qualidade do serviço de saúde prestado e, conseqüentemente, o aumento da qualidade de vida da população do Concelho de Torre de Moncorvo. -----

### Dê-se conhecimento:

- Exma. Sra. Ministra da Saúde
- Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde
- Exmo. Sr. Presidente da ARS Norte
- Exmo. Sr. Governador Civil de Bragança

-----Posta à votação a Moção I (estavam presentes 35 Deputados) obteve os seguintes resultados:

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	21	14	35
Abstenções	0	0	0
Votos Contra	0	0	0

(O Deputado Luís António Carvalho, representante da Bancada do PS, estava ausente na votação).

-----Assim, esta primeira Moção foi aprovada **por unanimidade**. -----

-----O Deputado **Carlos d'Abreu** fez a seguinte declaração de voto: "Naturalmente votei a favor da moção ou das moções, mas com a ressalva de que o documento não me chegou atempadamente às mãos, não o pudemos trabalhar, não o pudemos estudar, e sobretudo depois de ter aqui sido lido foi alvo de algumas rectificações ou alterações e, portanto, deveríamos ter tido a oportunidade de escutar o texto de novo, não só pelas alterações mas... enfim, para que absorvêssemos melhor o seu conteúdo, o que não aconteceu." -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Moção II. Por conseguinte, é este documento que no essencial acrescenta a palavra repúdio, e que a seguir se transcreve: -----

### Alteração do Horário de Funcionamento do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo

A Comissão para Acompanhamento da Saúde em Torre de Moncorvo, eleita nesta Assembleia Municipal, expõe a presente Moção para manifestar o seu profundo descontentamento e repúdio perante a decisão da Administração Central sobre a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo, convictos que é uma medida que prejudica fortemente a Região e a qualidade de vida da sua população ao retirar a garantia de serviços de saúde permanente. -----

1. Sendo esta uma região rural e uma das regiões de Portugal com maior número de emigrantes, uma das que mais sofrem com o despovoamento, com uma população



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*fortemente envelhecida, tendo por isso necessidades de cuidados de saúde particulares, consideramos que o encerramento do SAP em Torre de Moncorvo é uma medida injusta para a população. -----*

- 2. Em nossa opinião, esta medida assenta em argumentos puramente economicistas e quantitativos que são pouco consistentes quando está em causa a qualidade de vida da população residente, ou residente temporariamente. Esta medida, mostra, em nosso entender, o desconhecimento da vida e das dificuldades que as populações da região enfrentam no seu quotidiano. -----*
- 3. O argumento apresentado pela ARS que se detém no baixo índice de doentes por noite no SAP, em 2010, uma média de 0,8 utentes/noite, em cada 1 dos 8 SAP, sendo que para colmatar este fim existe um sistema constituído por 1-Enfermeiro e 1-Assistente Operacional em presença física, e 1 Médico em regime de prevenção, não é condição suficiente para o encerramento do SAP em Torre de Moncorvo, uma vez que o registo de ocorrências de um ano não significa que seja regra, e os custos associados ao sistema alternativo são idênticos ou maiores do que no caso de o SAP estar em funcionamento. ----- Considerando a qualidade do acto médico e os recursos humanos, estes não podem ser considerados somente através de análises numéricas, o número de doentes observados por hora e por médico não pode ser fixado de forma rígida por não se poder prever as características de cada caso. -----*
- 4. Outro mau argumento utilizado pela ARS para justificar o encerramento do SAP em Torre de Moncorvo é a de que os utentes, em consulta de urgência, não serem atendidos pelo seu médico de família, podendo “ocorrer recurso à repetição de meios complementares de diagnóstico e eventual mudança de terapêutica”. Esta situação, a desenrolar-se, ocorre mais frequentemente nos grandes centros urbanos do que nos meios rurais, em que as partes envolvidas (população e profissionais de saúde) são em menor número. É, pois, nos meios mais pequenos, que há por parte do clínico um conhecimento mais abrangente do doente e, em muitos casos, da sua situação familiar e social. Já nos meios urbanos acontece o contrário, sendo mais fácil para um doente de um grande centro ter prejuízos clínicos e económicos, gerando o tal “sentimento de confusão” como o referido na justificação emitida pela Administração Regional do Norte (ARS). -----*
- 5. O factor tempo desperdiçado apresentado na decisão de encerramento do SAP parece-nos inconsistente, pois pode-se, em muitas situações, ganhar tempo de vida havendo um primeiro socorro no Centro de Saúde imediato. O tempo máximo considerado pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências (CTAPRU), de 60 minutos, até ao ponto de rede próximo, pode mostrar-se tempo demais quando se pode salvar, em tantos casos, a vida num minuto. -----*
- 6. São enumerados na decisão da ARS os princípios como equidade, eficácia e eficiência social que, em nosso entender é altamente demagógico, já que é precisamente ao ser encerrado o SAP em Torre de Moncorvo, se retira à população uma assistência de qualidade ao nível de cuidados de saúde, privando-a, desta forma, dos princípios humanistas da equidade, eficácia e eficiência social a que tem direito. -----*
- 7. Também os recursos materiais elencados pela ARS Norte ao dispor de Torre de Moncorvo, desde 2008, no âmbito da rede de emergência hospitalar, sob coordenação do INEM a saber: 2 ambulâncias SBV (Suporte Básico de Vida) e os Postos de Emergência Médica (PEM) a funcionar desde Janeiro de 2011, não são resposta adequada e eficaz se não tiverem os recursos humanos técnicos suficientes como médicos, enfermeiros e auxiliares, que são fundamentais na primeira assistência médica de emergência. Os recursos materiais são, nestas situações, investimento pouco eficaz na capacidade de resposta e desperdício económico sem trazer as vantagens ou benefícios acrescidos. -----*



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

8. Além disso, e atendendo a que o desenvolvimento sustentável desta Região está voltado para a valorização de seus recursos endógenos, do vasto património arquitectónico, cultural e, pertencendo Torre de Moncorvo às rotas do Azeite e do Vinho do Porto, com unidades hoteleiras de qualidade no sentido de promover o Turismo no Concelho, não podemos ver-nos privados do Serviço de Atendimento Permanente, visto que é condição primordial levantada por todos aqueles que pretendem visitar a Região e aqui pretendem permanecer por temporada, principalmente porque o tipo de turismo aqui verificado é um turismo sénior que, se não tiver a garantia de que terá este tipo de serviços durante a sua estadia acabará por escolher outro destino. -----
9. Para quê, então, investir em acessibilidades se vão privar a Região de um dos serviços mais importantes para uma vida digna, o investimento de um lado em acessibilidades e o desinvestimento de outro, ao eliminar serviços, vai certamente contribuir para a não fixação das pessoas no Concelho e abandono do mesmo para outros locais que lhes permitam maior e melhor qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento. -----

Por todo o exposto, consideramos necessário que haja vontade política de se proceder à reapreciação desta decisão que, em nosso entender, vem lesar em muito a população Moncorvense e, contribuir, ainda mais, para a perda substancial de qualidade de vida, travando o desenvolvimento sustentável do Concelho ao perder serviços e capacidade de receber e manter pessoas. -----

São sempre as pessoas que fazem um território e não o contrário. -----

### Dê-se conhecimento:

- Exma. Sra. Ministra da Saúde
- Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde
- Exmo. Sr. Presidente da ARS Norte
- Exmo. Sr. Governador Civil de Bragança

-----Posta à votação a Moção II (estavam presentes 35 Deputados) obteve os seguintes resultados: -----

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>35</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(O Deputado Luís António Carvalho, representante da Bancada do PS, estava ausente na votação).

-----Assim, a segunda moção é aprovada **por unanimidade**. -----

-----O Deputado **Carlos d'Abreu** fez a seguinte declaração de voto: "Quero dizer que a minha declaração de voto é igual à anterior." -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Deram entrada na Mesa duas propostas subscritas pelo Sr. Deputado Carlos d'Abreu, que passo a ler. -----

### **Proposta**

Considerando a persistente preocupação do presidente da mesa da Assembleia Municipal, em recordar o tempo regimental, de que cada um dos membros dispõe para as suas intervenções, proponho: -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Que a Mesa diligencie junto da Câmara Municipal, no sentido de afixar nesta sala um relógio digital para colaborar na gestão desse mesmo tempo, poupando assim a Mesa nas suas chamadas de atenção.* -----

-----A segunda proposta é: -----

### ----- Proposta -----

*Considerando que os membros da Assembleia Municipal são os representantes por excelência dos munícipes e que a lei prevê que certo tipo de actividades ou empreendimentos propostos para realização no Concelho e supostamente do seu interesse, são por força de lei sujeitos a consulta pública e que para os autarcas membros desta Assembleia têm conhecimento dessas propostas de investimento, como os demais cidadãos, apenas pela comunicação social onde são publicados os respectivos AVISOS, proponho:* -----

*Que a Câmara Municipal, atempadamente e de forma privilegiada, comunique à Assembleia, ou melhor, à sua Mesa, e esta aos seus membros, tais projectos de intenção, para assim melhor podermos colaborar tanto no debate, como na informação aos eleitores.*

-----A Mesa apreciou estas propostas e, por conseguinte, o que eu tenho a dizer sobre a primeira proposta vamos ser ponderados... enfim, que a Mesa chamará sempre a atenção e vamos recusar aqui custos acrescidos designadamente o relógio digital. Não será necessariamente preciso em futuras reuniões que eu sistematicamente esteja porventura a lembrar o tempo, o Sr. Deputado e os senhores Deputados terão seguramente em consideração esse tempo no uso do vosso tempo nas vossas intervenções. -----

-----Quanto à segunda proposta, igualmente quero dizer ao Sr. Deputado que, da intervenção do Executivo nesta matéria foi lembrado um aspecto que é importante e que eu reitero, das actas da Câmara Municipal constam seguramente todas as decisões e os assuntos que ali são avaliados pelo conjunto do Executivo. Por conseguinte, sem prejuízo da pertinência de uma ou outra questão poder ser tempestivamente requerida à Câmara para que venha a informação substancial para ser fornecida, eu lembro aos senhores Deputados, que em suporte digital e nas actas da Câmara constarão sempre as decisões que o Executivo toma porque de alguma maneira o Executivo não é clandestino, por conseguinte, as decisões têm ali de ser tomadas por este princípio e, por conseguinte, considera a Mesa que não vamos responder que não. O uso do bom senso existe. -----

-----Quanto ao relógio digital, o Sr. Deputado vai ter em consideração futuramente o seu tempo e não precisará que eu esteja avisar sistematicamente a si e a outros Deputados. -----

-----Quanto à segunda proposta, vamos socorrer-nos de facto das actas da Câmara Municipal. Quando os assuntos forem pertinentes, tempestivamente serão colocados ou requeridos à Câmara. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Sr. Deputado Carlos d'Abreu, para justificar as propostas. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Relativamente à segunda proposta, à segunda que por acaso foi a primeira que entrou e que diz respeito... enfim, a essa minha preocupação enquanto Membro da Assembleia Municipal poder vir a ter acesso privilegiado como aí digo à informação que diga respeito a projectos, a propostas de investimento neste Concelho, para que nós enquanto autarcas não tenhamos, ou melhor, não tenhamos conhecimento delas ou da existência delas, como os demais cidadãos, através da comunicação social onde se publicam os avisos exigidos por lei. Ora, e como justifico no fim, se nós tivermos acesso a essa informação, podemos





## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colaborar, podemos desempenhar melhor o nosso papel de autarca. -----  
-----Quanto à sua argumentação enquanto Presidente da Mesa e relativamente a esta proposta, repare. O senhor disse que essa informação está disponível nas actas aqui da Câmara Municipal. Ora, não é bem assim, porque repare. Em primeiro lugar, eu não recebo todas as actas municipais, nem tenho que receber, depois estas propostas de investimento no nosso Concelho, muitas das vezes não passam pelas reuniões da Câmara Municipal, porventura até algumas nem passarão por cá, porque são decisões da Administração Central, mas isso não invalida os proponentes de serem obrigados por lei a publicarem os avisos de consulta pública. Curiosamente, já muito depois dessa proposta aí ter dado entrada, eu encontrei aqui um aliado na pessoa do nosso Vereador José Aires, repare. Em determinado momento quando se discutia creio que o regulamento do... um regulamento, eu disse: as achegas da Assembleia Municipal são importantes apesar de elas serem afixadas publicamente para consulta pública. Só que o nosso Vereador acrescentou e cito: que ninguém lê. Ora, se partirmos do princípio que ninguém lê, por acaso não será bem assim, de vez em quando nós captamos, descobrimos, tropeçamos com alguma dessa informação, naturalmente que alguma, porventura a maioria até escapará enquanto cidadãos. Ora, no meu humilde entender, porque razão é que o Executivo, tendo participado... enfim, no processo dessa proposta de empreendimento de investimento no Concelho ou não, mas que certamente tem acesso mais facilmente do que nós a que essas intenções existem, não é, que dificuldade há em comunicar-nos essa informação? Bem sei que o desconhecimento da lei não iliba ninguém de responsabilidades, quem não lê... enfim, a imprensa... enfim, não se pode desculpar de que não viu o aviso, de que não sabia que houve consulta pública, bem sei disso, mas nós estamos aqui para colaborar uns com os outros e a prova é que essa colaboração pode ser útil e encontramos-a agora aqui na discussão desse regulamento, se bem que no outro regulamento anterior eu também queria fazer uma proposta no sentido de melhorar o texto, certamente, não tenho dúvidas que ficaria muito mais claro relativamente àquela questão das entidades internas e externas, e, no entanto, eu não tive oportunidade de colaborar com a Câmara Municipal. Portanto, faço aqui a defesa da minha proposta ou das minhas propostas. -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Sr. Deputado, em resposta tenho-lhe a dizer, vamos estar atentos, vamos encontrar equilíbrio disto, haverá pontos decisivos e sobejamente importantes como o Senhor Vice-Presidente focou há instantes, nas questões nucleares, nas questões essenciais, não temos dúvida que o Município, o Executivo Municipal no seu conjunto, lidera os propósitos a bem do Concelho e aí não há nenhuma dúvida sobre isso. Pontualmente, isto são órgãos separados, o Executivo tem que executar, tem que fazer a sua política autárquica que foi para isso que foi eleito; Nós estamos cá para fiscalizar, é essa a nossa principal função. Também podemos colaborar e ajudar como está a pretender sugerir e bem, todavia, como lhe digo, as decisões da Câmara Municipal são tempestivamente conhecidas ao que julgo... enfim, por todos, por conseguinte, quando o Sr. Deputado diz, tropeçamos, encontramos, nós não tropeçamos. Se as pessoas andam aleatoriamente, não dão conta, não se apercebem, os munícipes, as pessoas em geral, pena nossa. Valia a pena que andasse toda a gente em cima do acontecimento, em particular nós Deputados, e o Sr. Deputado seguramente que não deixará passar pitada, mas só lhe fica bem, esse é o seu papel, é o nosso papel. Muito obrigado. -----

-----**Orlando Mesquita:** Muito, muito brevemente. Acho uma questão bastante pertinente, muito pertinente mesmo, porque nós temos essa obrigação de ler toda a documentação, só que é sempre em cima da hora e neste caso até nem em cima da hora foi, e



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nós temos outros afazeres profissionais e nem sempre temos aquela disponibilidade para estar a debruçar-nos sobre os assuntos. Porque razão estes regulamentos, estas coisas que ao longo do mês vão surgindo, podiam ser enviados para os *mails*, para uma prévia abordagem, até para estas pequenas ressalvas serem comunicadas podia ser essa colaboração. Eu sei que o Executivo não tem essa obrigação, mas no âmbito da reciprocidade até podia muito bem enviar-nos essas coisas para a gente ler e debruçarmo-nos sobre elas, dar até ideias, isso não ficava mal, não é antes dois dias recebermos uma coisa para a Assembleia e estarmos até às duas/três da manhã ali de volta daquilo já sem paciência nem vontade para tão pouco estar a fazer essas coisas. -----

-----O **Presidente da Mesa** disse: Já agora vamos rematar com um esclarecimento do Senhor Vereador Moreira. -----

-----**Vereador Sr. António Moreira:** É para esclarecer que estes documentos estão há trinta dias na Internet, é só irem à página do Município na Internet e consultar. As actas, como sabem, logo que são aprovadas pela Câmara são logo lá colocadas, portanto, qualquer cidadão pode chegar lá e consultar e, mais, nós temos uma zona logo na primeira página de acesso em que estão lá as chamadas de atenção. -----

-----Seguiu-se o último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----O Presidente da Assembleia, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto. -----

-----Por último procedeu-se à leitura da **minuta da acta** que foi aprovada **por unanimidade**, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia, agradeceu a presença de todos e, pelas 13h.45m deu por encerrada a presente Sessão, da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

\_\_\_\_\_  
(Dr. António Alberto Almada Guerra)

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

\_\_\_\_\_  
(António Alves Salema)

\_\_\_\_\_  
(Beatriz da Luz Souza Fernandes)

(Acta aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra, na Sessão de 27/06/2011)